

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
IPEA/IPLAN-INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
SETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DOS ESTADOS

VOL. 11

ESTADO DE ALAGOAS

BRASÍLIA, MAIO DE 1972
- CIRCULAÇÃO RESTRITA -

Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
IPEA/IPLAN - Instituto de Planejamento
Setor de Desenvolvimento Regional

ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DOS ESTADOS

Volume 11 - ESTADO DE ALAGOAS

Brasília, Maio de 1972
- CIRCULAÇÃO RESTRITA -

APRESENTAÇÃO

ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO DOS ESTADOS

APRESENTAÇÃO

De maneira geral, é ainda limitado o conhecimento que se tem das experiências de planejamento em curso nos vários Estados do Brasil.

Entretanto, a institucionalização irreversível do planejamento em nosso país, de um lado, e o processo crescente de integração nacional, de outro, impõem hoje um maior conhecimento mútuo das experiências de elaboração e implementação de planos, quer no âmbito nacional e regional, quer na esfera estadual. Concomitantemente, torna-se necessária uma análise mais precisa dos elementos orçamentários e financeiros que dão suporte a esse planejamento.

O presente trabalho constitui, pois, uma análise preliminar do sistema de planejamento e da situação orçamentária e financeira dos Estados do Brasil, elaborado à base dos documentos apresentados no ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE PLANEJAMENTO, realizado em Brasília no período de 15 a 17 de dezembro de 1971.

Foi preparado com o objetivo central de fornecer subsídios básicos ao Ministério do Planejamento no processo de consolidação do seu sistema de articulação com os Estados e Municípios.

Na análise dos aspectos de planejamento, sem pretensões de exaustividade, procurou-se preencher uma lacuna no senti

do de proporcionar uma visão global das experiências realizadas e da evolução do sistema nos vários Estados, particularizando-se ainda o quadro atual dos planos em execução.

No que concerne aos aspectos orçamentários e financeiros dos Estados, a análise abrange o quinquênio 1968/72, que se desdobra em dois períodos: um de dados observados - 1968/1970 - correspondentes aos elementos dos balanços dos Estados, e um de dados previstos - 1971/72 - com base nas respectivas propostas orçamentárias. De forma sistemática foram identificadas as variáveis principais e abordados os itens mais importantes como a evolução e composição da receita e despesas, equilíbrio orçamentário, endividamento dos Estados, etc., de modo a obter-se uma adequada base de referência para estudos posteriores. As diversas tabelas e indicadores utilizados propiciam elementos interessantes no confronto da situação observada entre os Estados e Regiões.

A fim de permitir uma abordagem regional, os dados orçamentários e financeiros foram consolidados ao nível das cinco regiões do país: NORTE (Acre, Amazonas e Pará), NORDESTE (Maranhão a Bahia), SUDESTE (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo), SUL (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e CENTRO OESTE (Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal).

A Nota Metodológica a seguir apresentada especifica os principais itens que foram objeto de análise e define os critérios que presidiram a elaboração do trabalho.

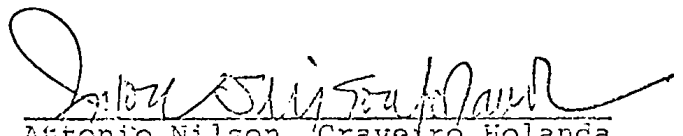
Para facilitar o manuseio do documento optou-se por sua representação em 28 volumes individuais, um para cada Estado ou Região.

O trabalho foi elaborado por uma equipe constituída pelos seguintes técnicos do IPLAN: Demóstenes Silvestre Fernandes Filho, Fernando José de Almeida, Ivan José Barbosa Li-

ma, Nilton Romeu, Ricardo Nunes de Miranda, sob a coordenação de César Augusto Areal e Edson Sargues Prudente e a supervisão final de Paulo Dante Coelho e desta Superintendência.

Colaboraram ainda na execução do trabalho os técnicos Fernando Augusto Vieira Fernandes e Paulo Brasil.

Brasília, 2 de maio de 1972


Antonio Nilson Craveiro Holanda
Superintendente do IPLAN

NOTA METODOLÓGICA

NOTA METODOLÓGICA

Os prazos fixados para a conclusão do estudo, deliberadamente exíguos, impuseram à equipe uma compreensível concentração de esforços a fim de que os objetivos do trabalho fossem alcançados não obstante a limitação de tempo. Considerando a enorme massa de dados e informações a obter, selecionar e avaliar, impôs-se a fixação de certos critérios e definições metodológicas consoante os termos de referência iniciais do estudo e o aperfeiçoamento sucessivo da análise.

No que concerne ao Planejamento, além da abordagem de experiências anteriores de cada Estado, destaca-se no estudo o quadro da situação do sistema de planejamento estadual e as bases do atual plano em elaboração ou execução. Para dar a devida unidade ao trabalho utilizou-se como fontes bibliográficas básicas além das Notas Taquigráficas de exposições dos Secretários Estaduais de Planejamento no Encontro Nacional de Brasília, de 15 a 17/12/71, outros documentos solicitados aos Estados para aquela reunião.

Quanto aos aspectos de orçamento, a análise está limitada ao período 1968/72, contando-se para os anos de 1968/70 com dados de Balanço e para 1971/72 com os de Previsão Orçamentária.

A fim de facilitar a análise em cada Estado apresenta-se uma síntese dos principais aspectos do planejamento e orçamento como introdução desses capítulos. Igualmente os anexos incorporados em cada volume dão um detalhamento da parte de planejamento e incluem as tabelas e gráficos pertinentes à análise orçamentária e financeira.

As principais fontes bibliográficas utilizadas foram as publicações do Ministério da Fazenda através da Revista de Finanças Públicas e os respectivos balanços e orçamentos estaduais.

Além das definições clássicas da Lei 4.320/64, adotou-se ainda os seguintes critérios a respeito dos itens abordados nos aspectos orçamentários:

Receitas Próprias: compreendidas como sendo a Receita Total menos a Receita de Transferências. Dessa forma as Operações de Crédito estão incluídas no conceito.

Saldo Orçamentário Efetivo: Representado pelo Saldo Orçamentário (Receita menos Despesa) excluídas as Operações de Crédito.

Receita de Capital Efetiva: Definida como sendo a Receita de Capital menos as Operações de Crédito.

Financiamento das Despesas de Capital: O modelo utilizado considera como fonte de financiamento das Despesas de Capital o somatório dos seguintes itens:

- Saldo em Conta Corrente (SCC) ou Poupança do Governo (diferença entre a Receita e a Despesa Corrente)
- Receita de Capital Efetiva (RKe)
- Operações de Crédito (OC) e
- Saldo Orçamentário (SO), este último tomado com o sinal contrário, de acordo com a seguinte fórmula:

$$DK = SCC + RKe + OC + (SO) \quad (-1)$$

Transferências - Compreendem as Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e Fundo Especial e as classificadas no documento como "Outras Transferências" recebidas pelos Estados à Conta dos Impostos Únicos sobre Combustíveis, Lubrificantes, Líquidos e Gasosos (IULCLG), sobre Energia Elétrica (IUEE), sobre Minerais (IUM), Auxílios e/ou Contribuições e outros de menor relevância.

Indicadores "Per-Capita"

Os Indicadores "per-capita" (Receita Total, Receita Própria, Transferências, Despesas de Pessoal e Capital "per-capita") foram calculados com base em estimativas de população feitas através da interpolação e extrapolação dos resultados dos Censos Demográficos de 1960 e 1970, para cada Estado, com vistas a facilitar a comparação interestadual e interregional dessas variáveis. Os números regionais e do Brasil representam a soma dos dados estaduais obtidos segundo os critérios acima referidos.

Relação dos Volumes - São os seguintes os Volumes componentes do Estudo, segundo os Estados e Regiões:

<u>ESTADOS OU REGIÕES</u>		<u>Nº VOLUME</u>
ACRE	-	1
AMAZONAS	-	2
PARÁ	-	3
<u>REGIÃO NORTE</u>	-	4
MARANHÃO	-	5
PIAUI	-	6
CEARÁ	-	7
RIO G. DO NORTE	-	8
PARAÍBA	-	9
PERNAMBUCO	-	10
ALAGOAS	-	11
SERGIPE	-	12
BAHIA	-	13
<u>REGIÃO SUDOESTE</u>	-	14
MINAS GERAIS	-	15
ESPÍRITO SANTO	-	16
RIO DE JANEIRO	-	17
GUANABARA	-	18
SÃO PAULO	-	19
<u>REGIÃO SUDESTE</u>	-	20
PARANÁ	-	21
SANTA CATARINA	-	22
RIO G. DO SUL	-	23
<u>REGIÃO SUL</u>	-	24
MATO GROSSO	-	25
GOIÁS	-	26
DISTRITO FEDERAL	-	27
<u>REGIÃO CENTRO-OESTE</u>	-	28

INDICE

A - PLANEJAMENTO ESTADUAL DE ALAGOAS

A - O PLANEJAMENTO ESTADUAL EM ALAGOAS

O Sistema de Planejamento do Estado de Alagoas encontra-se presentemente em fase de reestruturação, motivo porque deixam de ser apresentados os itens referentes à estrutura e evolução do Sistema Estadual de Planejamento.

Sem embargo, apresenta-se o atual Plano de Governo, em seus aspectos mais significativos; e em anexo são expostos maiores detalhes relativos a esse Plano, bem como alguns aspectos referentes à nova estrutura que se pretende dar ao Sistema de Planejamento no Estado.

1. QUADRO ATUAL DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS.

O Sistema de Planejamento do Estado de Alagoas, encontra-se, presentemente em fase de reestruturação, possibilitando ao Estado a adoção de técnicas e métodos mais racionais de planejamento, para maior eficácia de ação governamental.

As diretrizes básicas que norteiam a reformulação do Sistema podem ser assim sintetizadas:

a- reestruturação de Secretaria de Planejamento (SEPLAN) de modo a criar condições efetivas de funcionamento, quanto às suas atividades próprias, mediante:

- i) instituição de serviços de apoio; e
- ii) estudos, pesquisas e levantamentos sócio-econômicos de caráter geral e especial;

b- atribuição do Orçamento-Programa e do Orçamento Pluri-anual de Investimentos à competência da Secretaria de Planejamento, dando-lhe poderes para influir decisivamente na distribuição e alocação dos recursos financeiros;

c- produção de informações estatísticas básicas - suporte do processo de planejamento - através de reestruturação do Departamento Estadual de Estatística;

d- instituição de um Sistema de Acompanhamento e Controle (físico e financeiro) de aplicação dos recursos, mediante o estabelecimento de um fluxo de informações entre a SEPLAN e os órgãos executores;

e- sistematização das atividades de planejamento desenvolvidas pelas Unidades Setoriais;

f- integração de todas as Unidades Setoriais de Planejamento, no processo de Programação e elaboração de Orçamento, sob a Coordenação do órgão central do Sistema;

g- modernização do sistema de arrecadação-fiscalização.

2. O PLANO DE AÇÃO DO GOVERNO- 1972/75.

O atual Plano de Ação do Governo do Estado foi elaborado para cobrir o período 1972/75.

Como norma de ação, o Governo estadual pretende, que em cada ano do período de vigência do Plano, seja feita uma revisão do

mesmo, e se prepare um Plano operativo para o ano subsequente; a elaboração do referido Plano operativo anual dar-se-ia simultaneamente à preparação da proposta orçamentária.

O Plano de Ação do Governo de Alagoas, em seu contexto inicial, apresenta dados gerais da economia alagoana, no que diz respeito aos aspectos geográficos e histórico-demográficos, culminando com um pré-diagnóstico geral e espacial, (definido no Plano como Perfil Economico). A seguir apresentam-se os diagnósticos setoriais e as diretrizes da estratégia geral e setorial. Em anexo apresenta uma listagem de projetos a serem executados pela SUDENE, no Estado de Alagoas.

3. OBJETIVOS

Os objetivos que se pretende atingir com a estratégia geral adotada, podem ser assim resumidos:

a- dotar o Estado de um suporte administrativo dinâmico, flexível e compatível com as exigências que o próprio desenvolvimento está a requerer;

b- promover uma melhor capacitação do pessoal técnico;

c- elevar a taxa de emprego, com melhoria gradativa dos níveis de vida da população;

d- incentivar uma melhor combinação na utilização dos fatores produtivos do Setor Primário, que atualmente representa o suporte básico do Estado;

e- dinamizar a política de incentivos do Setor Industrial;

f- tornar possível a expansão das atividades económicas, mediante a ampliação dos serviços de infraestrutura económica e social.

4. ESTRATÉGIA SETORIAL E PRIORIDADES

No Anexo I deste Volume, estão descritas em detalhes as linhas de ação a serem seguidas para a implementação do Plano, nos diversos setores.

Contudo o Plano não se preocupa em distinguir os progra-

mas e projetos prioritários, listando a totalidade de medidas, atos, obras e realizações, sob o título de Programas Meios e Programas Fins. Ressalte-se porém o elevado percentual dos programas constantes das Atividades Meios, cuja participação atinge 40%. Nas Atividades Fins os itens mais significativos são: Serviços Urbanos (inclusive Energia Elétrica e Saneamento Básico) 24,3% ; Indústria, Comércio e Turismo: 12,2% ; Transportes 8,9% e Educação 8,1%.

5. DISPÊNDIOS E RECURSOS

Os Investimentos Globais programados para o período de 1972/75 se elevam a 702.406 mil cruzeiros, distribuídos setorialmente na forma mostrada no quadro abaixo:

	<u>Cr\$ 1.000</u>
<u>ATIVIDADES MEIO</u>	<u>280.723</u>
Governo e Administração Geral.....	15.048
Administração Financeira.....	255.526
Defesa e Segurança.....	10.149
<u>ATIVIDADES FINS</u>	<u>421.683</u>
Recursos Naturais e Agropecuários.....	21.490
Viação, Transportes e Comunicações.....	62.527
Indústria e Comércio.....	85.699
Educação e Cultura.....	56.752
Saúde.....	17.860
Bem-Estar Social.....	6.117
Serviços Urbanos.....	170.938
T O T A L	<u><u>702.406</u></u>

Com referência ao Esquema Financeiro do Plano, são destacados os recursos financeiros vinculados aos programas, compreendendo de um lado, aqueles provenientes do orçamento estadual e do outro, os recursos não orçamentários e de outras fontes inclusive do sistema bancário. (Ver no anexo I deste volume).

6. INSTRUMENTOS

Os instrumentos de natureza geral que serão utilizados com vistas à consecução dos objetivos de programação governamental, serão:

a- implementação do Sistema de Planejamento Estadual, objetivando uma melhor orientação dos investimentos públicos e privados de maneira a evitar a pulverização dos recursos escassos disponíveis e assegurar altos níveis de investimentos aos setores prioritários;

b- racionalização do Sistema de Administração Pública, mediante a implantação de uma Reforma Administrativa capaz de provocar a dinamização dos serviços quanto à adequação dos mecanismos de ação públicos necessários à sistematização de ação programada;

c- racionalização do aparelho Arrecadador-Fiscalizador de maneira a permitir maior captação de recursos.

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS
DO ESTADO DE ALAGOAS

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

DO ESTADO DE ALAGOAS

1. Orçamento para 1972: 208,8 milhões de cruzeiros

2. Participação relativa da Receita Estadual (%):

	1968	1970	1972
- s/Receita da Região	5,7	5,3	5,9
- s/Receita Total dos Estados	0,6	0,5	0,7

3. Crescimento da Receita Total em termos reais (% a.a.):

	Estado	Região
1968/70	+ 3,5	+ 7,7
1971/72	+ 20,1	+ 10,1

4. Crescimento da Receita de Capital em termos reais (% a.a.):

	Estado	Região
1968/70	+ 2,7	+ 32,1
1971/72	+ 20,4	+ 21,3

5. Participação relativa na Receita Total (%):

	ICM	TRANSFERÊNCIAS			
		F.Particip.	F.Especial	Outras(*)	Total
1968	60,6	8,2	-	22,6	30,8
1970	65,7	10,9	10,8	9,4	31,1
1972	67,3	12,0	8,8	1,4	22,2

(*) - Inclusive Quotas Partes dos Impostos Únicos s/Energia, Combustíveis e Lubrificantes, Minerais do País.

6. Receita Própria "Per-Capita" do Estado (Inclusive Operações de Crédito)

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita "Per-Capita" da Região (%)	105,1	90,2	115,8
- s/Receita "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	26,6	23,3	34,0

7. Receita de Transferência "Per-Capita" do Estado

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" da Região (%)	96,1	106,7	82,9
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	93,9	95,7	73,6

8. Despesas de Pessoal s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	42,1	38,8	36,1
Região	41,1	39,5	33,3
Total dos Estados	34,9	31,7	27,5

9. Despesas de Capital s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	25,0	30,6	19,6
Região	31,9	34,9	36,8
Total dos Estados	24,0	27,6	30,6

10. Composição da Dívida em 1970 (%) :

FLUTUANTE	FUNDADA	EXTERNA
78,3	21,7	-

11. Participação Relativa da Dívida s/Receita Total-1970-(%) :

25,7

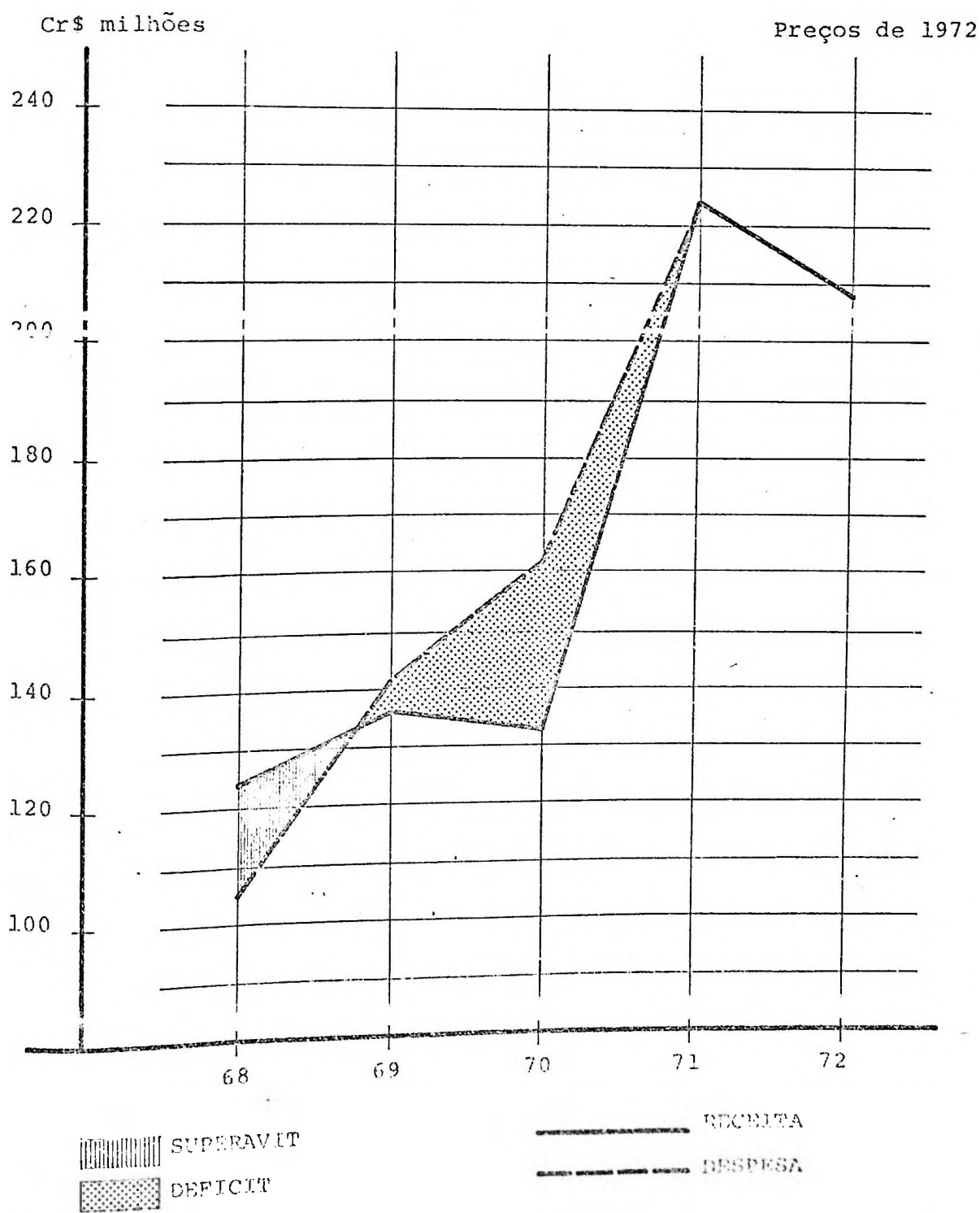
	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
12. Operações de Crédito s/Receita Total (%) :	4,7	-	5,8
13. Amortizações + Juros s/Receita Total (%) :	1,1	1,0	1,0
14. <u>Superavit (+) ou Déficit (-) efetivo sobre a Receita Total (%) :</u>			

<u>1968</u>	<u>1970</u>
(+) 10,3	(-) 21,0

ESTADO DE ALAGOAS

COMPARATIVO ENTRE RECEITA E DESPESA

1968/1972



C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
DO ESTADO DE ALAGOAS

C. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
DO ESTADO DE ALAGOAS

1. AValiação GLOBAL DO ORÇAMENTO

1.1. O Orçamento em 1972

O Orçamento do Estado de Alagoas, para o exercício financeiro de 1972, fixa a Despesa e Estima a Receita no montante de Cr\$ 208,8 milhões.

1.1.1. A Posição Relativa da Receita

A Receita realizada no sub-período 1968/70 e a Receita estimada para o sub-período 1971/72, tomadas em relação ao somatório das Receitas dos Estados da Região, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do Distrito Federal e à Receita da União, conforme se apresentam abaixo, evidenciam uma melhoria relativa da Receita do Estado para os anos de 1971/72. Esta melhoria resulta principalmente do substancial incremento da Receita do Estado, em termos reais, estimada nos Orçamentos daqueles anos.^{1/} E ainda, que a Receita do Estado está evoluindo a um ritmo superior aos que estão evoluindo a Receita da União, a Receita dos Estados da Região e a Receita do conjunto dos Estados.

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Receita Estadual/Receita da Região Nordeste: (%)	5,7	5,7	5,3	7,5	5,9
Receita Estadual/ Receita dos Estados: (%)	0,6	0,6	0,5	0,8	0,7
Receita Estadual/Receita da União: (%)	0,5	0,5	0,5	0,9	0,6

^{1/} Tabelas BR - 1.3, 1.4 e 1.5

Todas as tabelas citadas com a referência - BR - encontram-se no anexo II, do volume 14.

Os Gráficos Nºs I, II e III apresentados no Anexo I do Vol. 14, mostram a posição relativa da Receita do Estado, nos anos .. 1968, 1970 e 1972; com relação aos demais Estados da Região Nordeste, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do Distrito Federal e à Receita da União.

1.1.2. Evolução da Receita em Termos Reais

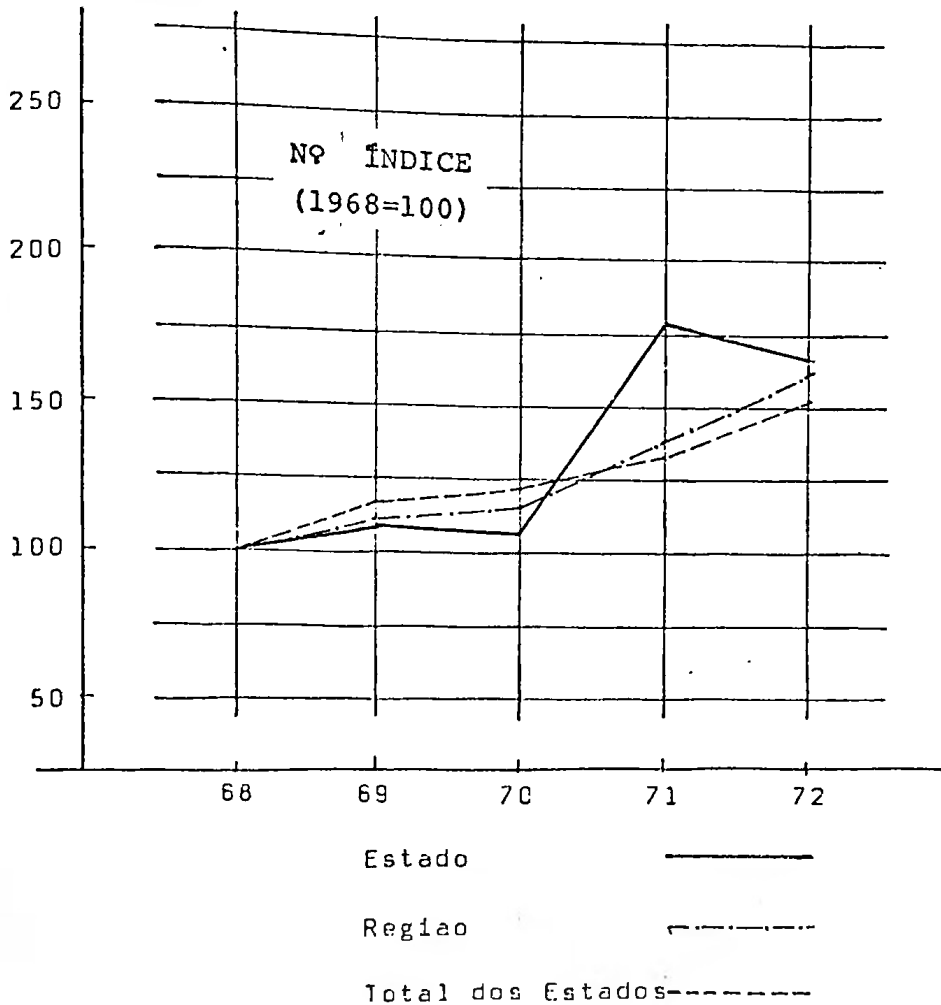
A evolução da Receita em termos reais, como indicam os dados abaixo, apresenta duas tendências: a primeira, referente ao sub-período 1968/70, mostra uma relativa estabilidade. A segunda, referente ao sub-período 1971/72, prevê substancial, porém irregular, expansão da Receita estimada.^{1/}

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice:	100	110	107	180	168
Variações Anuais (%)		+10,0	- 2,1	+60,0	- 6,0

O gráfico seguinte, apresenta o crescimento, em termos reais, da Receita do Estado de Alagoas, da Receita da Região e do somatório das Receitas dos Estados e do Distrito Federal.^{2/}

^{1/} Tabelas AL - 1.2 e 1.3 apresentadas no anexo II deste volume.

^{2/} Tabela BR - 1.2



1.1.3. Evolução da Despesa em Termos Reais

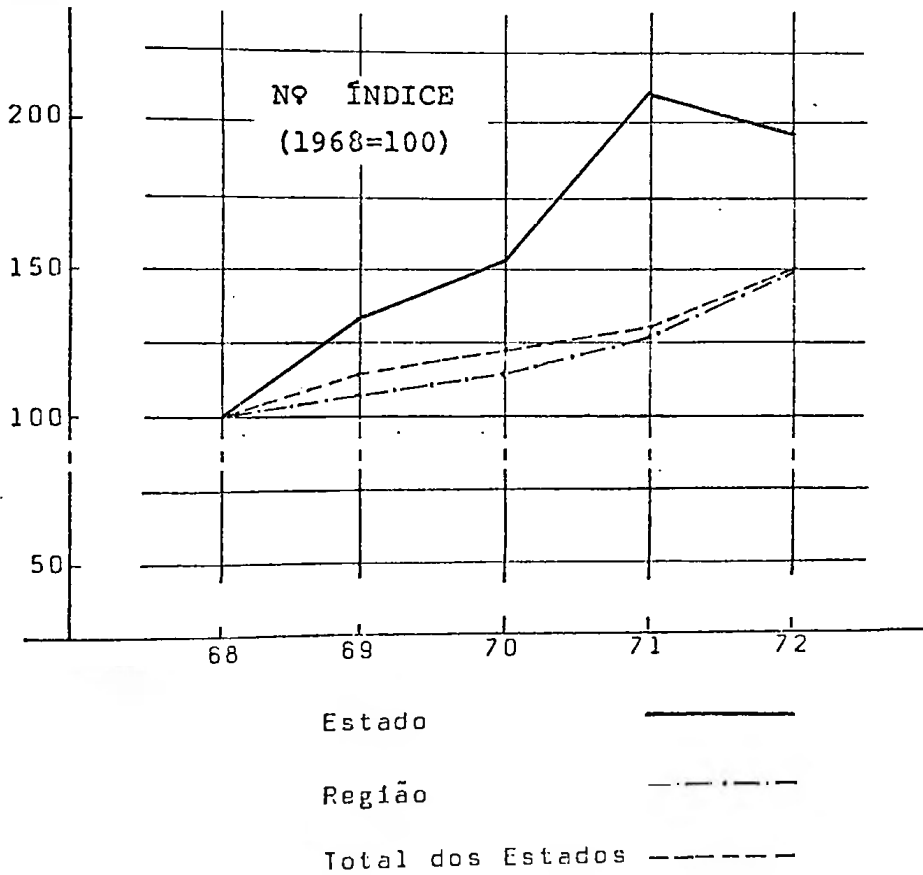
A evolução da Despesa em termos reais, de acordo com o quadro abaixo, mostra uma tendência regularmente ascendente, embora haja um pequeno decréscimo em 1972:^{1/}

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice:	100	134	153	212	198
Acrêscimos Anuais: (%)	-	+34,0	+14,1	+38,8	+ 6,9

^{1/} Tabela AL - 1.2 e 1.3

Para o sub-período 1968/70, observa-se um crescimento de 23,6% a.a., superior portanto ao da Receita, 3,6% a.a., no mesmo período, induzindo o aparecimento do Deficit Orçamentário a partir de 1969.

O gráfico abaixo apresenta o crescimento, em termos reais da Despesa do Estado, da Despesa da Região e do somatório das Despesas dos Estados e do Distrito Federal:^{1/}



2. ANÁLISE DA RECEITA

A análise da Receita se desdobrará em duas etapas:

- 2.1) Análise segundo as categorias econômicas;
- 2.2) Análise segundo a origem;

^{1/} Tabela BR - 3.1

Neste segundo sub-item será dado destaque ao ICM e às Transferências e sua posição relativa no Orçamento.

2.1. Análise Segundo as Categorias Econômicas

O Gráfico Nº V apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra as Receitas dos Estados da Região Nordeste desdobradas em Receitas Correntes e de Capital.^{1/} O Estado de Alagoas tem uma composição da Receita muito diferente da composição média da Região. A participação das Receitas Correntes é cada ano maior, enquanto para a média regional as Receitas Correntes têm uma participação menor a cada ano.

2.1.1. Evolução em Termos Reais das Receitas Correntes e de Capital

A evolução das Receitas Correntes, em termos reais, processou-se a um ritmo lento e irregular no sub-período 1968/70. Já para o sub-período 1971/72 (dados de Orçamento) as estimativas para as Receitas Correntes são de expansão a ritmo elevado, porém irregular.

As receitas de Capital apresentam, em termos reais, uma tendência irregular ao longo de todo o período.

Os valores estimados induzem a um ritmo irregular de expansão ao final do período, passando de uma taxa anual de crescimento de + 127,3% em 1970/71, para -36,2% em 1971/72.

^{1/} Tabela BR - 2.6

O quadro a seguir mostra a evolução, em termos reais, das Receitas Correntes e de Capital:^{1/}

RECEITA CORRENTE E DE CAPITAL

Nº Índice - 1968 = 100

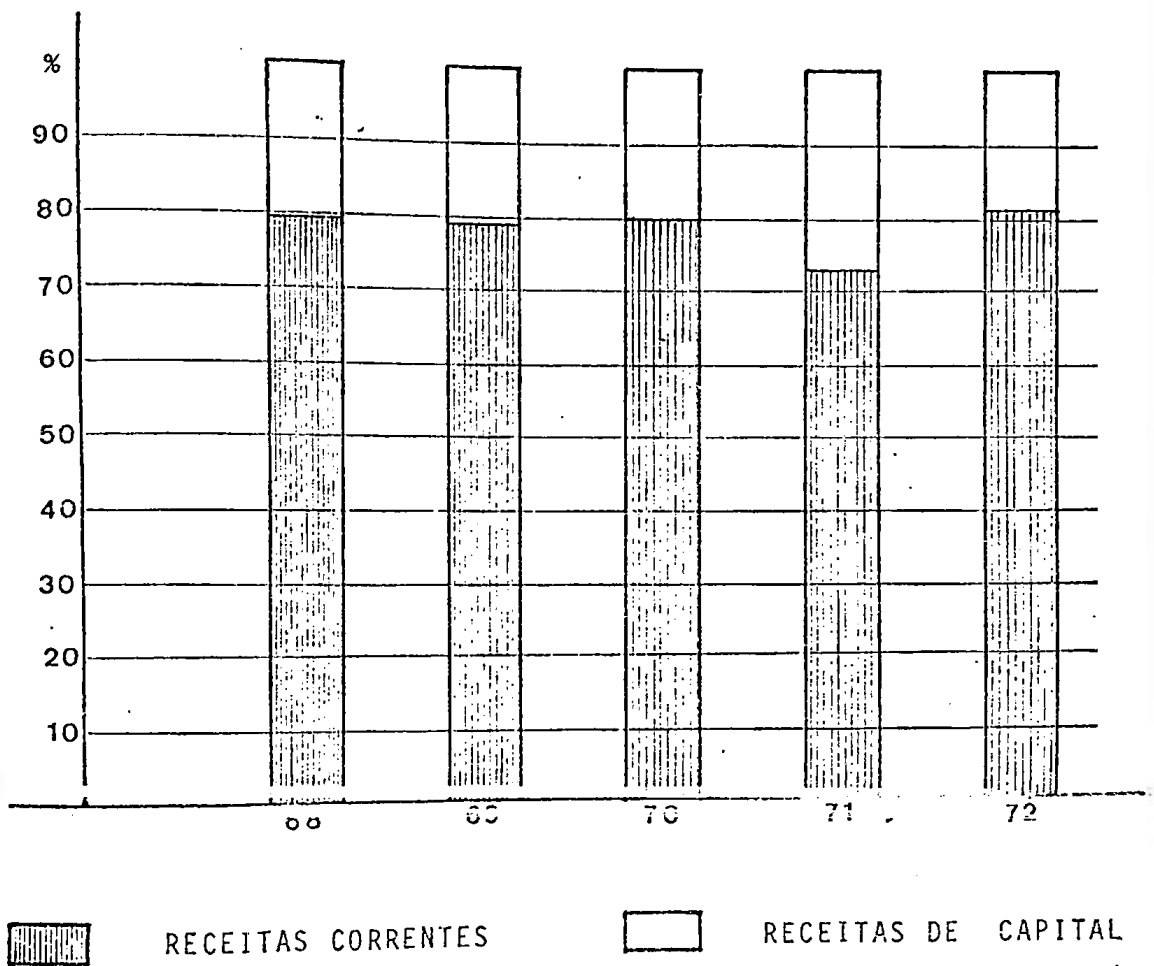
ANO \ RECEITA	CORRENTE	CAPITAL
1968	100	100
1969	109	113
1970	108	106
1971	165	240
1972	172	153

2.1.2. A Composição Percentual da Receita Segundo as Categorias Econômicas.

A participação relativa das Receitas Correntes e de Capital na formação da Receita Estadual apresenta pequenos desvios em relação à composição média (em torno de 80% para as Receitas Correntes) exceto nas previsões orçamentárias de 1971 quando se estimou substancial acréscimo nas Receitas de Capital, como mostra o gráfico a seguir:^{2/}

^{1/} Tabela AL - 1.2 e 1.3

^{2/} Tabela AL - 1.1



2.2. Análise Segundo a Origem

O Gráfico nº VII apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra a comparação da composição das Receitas dos Estados da Região, desdobradas em Próprias e Transferências, situando-se Alagoas em 1968 e

1970 próxima à media regional.^{1/} Para 1972, as Transferências têm uma participação menor, aumentando conseqüentemente a participação das Receitas Próprias. Alagoas é o Estado com a segunda menor participação das Transferências, ou seja, um dos Estados com menor dependência aos recursos de Transferências em 1972.

2.2.1. Evolução em Termos Reais das Receitas Próprias e Transferências

A evolução das Receitas Próprias, em termos reais, identifica para o sub-período 1968/70 (dados de Balanço) uma tendência ligeiramente crescente, representando estar em 1970 apenas 107% do seu valor em relação a 1968. Para o sub-período 1971/72 a estimativa das Receitas Próprias mostram-nas crescendo a uma taxa média (*) de 32,6% a.a. Os dados abaixo mostram essa evolução:^{2/}

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índices:	100	110	107	204	189
Acrêscimos Anuais:(%)	-	+ 9,9	- 2,4	+90,7	- 7,7

A lenta e irregular evolução das Receitas Próprias no período 1968/70 é reflexo da evolução do ICM, seu componente mais significativo. Para o período seguinte, enquanto o ICM previsto apresenta uma tendência sempre ascendente, as Operações de Crédito e Outras Receitas Próprias têm uma estimativa muito irregular, o que tem como

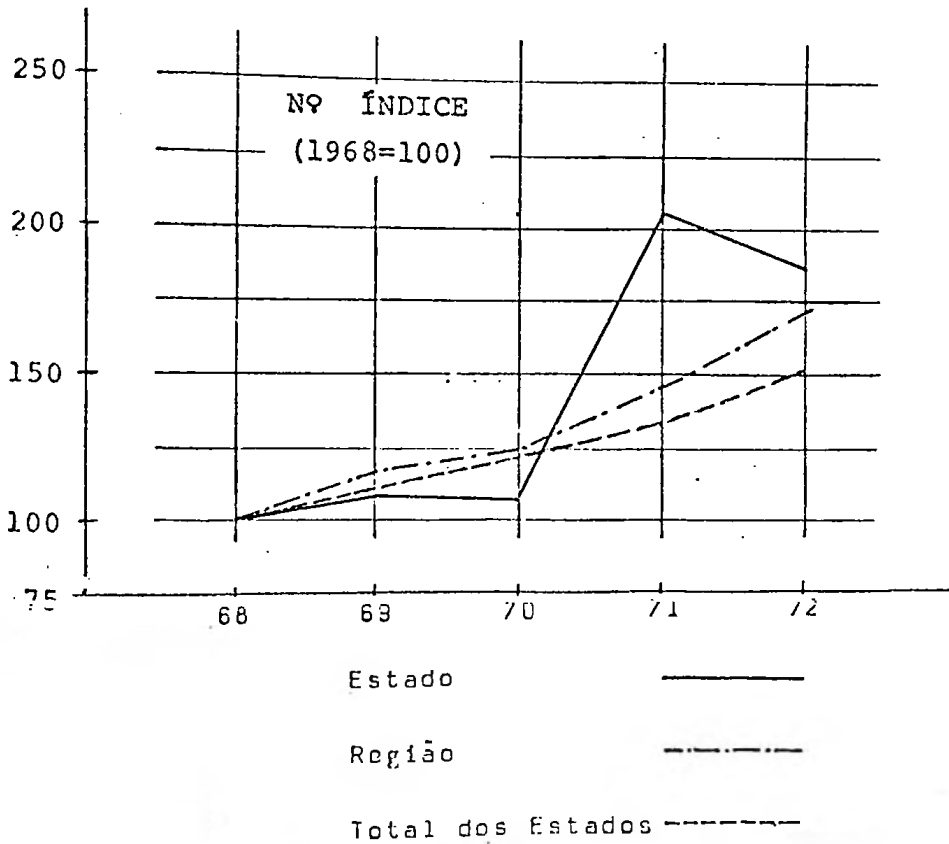
1/ Tabela BR - 2.2

2/ Tabela AL - 2.2

(*) As taxas de crescimento para o período de previsão foram calculadas com base no ano de 1970. Este procedimento visou correlacionar as tendências diversas assumidas nos sub-períodos 68/70 e 71/72, construídos, respectivamente, com dados de balanço e previsão orçamentária.

consequência as variações na evolução do total das Receitas Próprias.

O Gráfico a seguir, apresenta o crescimento em termos reais das Receitas Próprias do Estado, da Região e do Total de todos os Estados e Distrito Federal:^{1/}



Para os exercícios correspondentes aos dados de Balanço, as Receitas Próprias de Alagoas têm um crescimento a ritmo inferior ao do total regional e do total para o conjunto dos Estados. Para 1971 e 1972, as estimativas foram feitas considerando-se elevadas taxas de expansão anual, de modo que no período 1968/72, as Receitas Próprias de Alagoas têm um crescimento médio (17,3% a.a.) superior ao do total regional (14,5 % a.a.) e ao total do conjunto dos Estados (10,9% a.a.).

^{1/} Tabela BR - 2.1

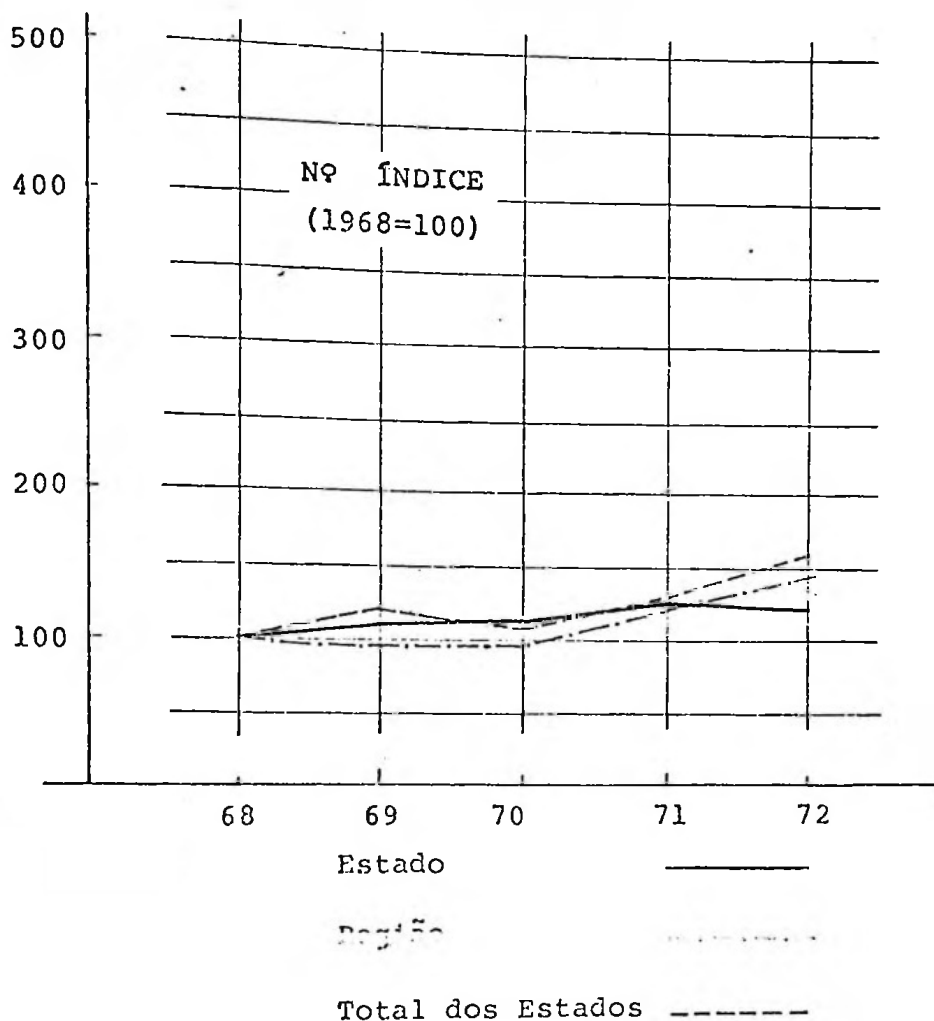
AS Transferências, em termos reais, no sub-período 1968/70 cresceram a uma taxa de 3,9% a.a.. As estimativas para o sub-período 1971/72 implicam numa previsão de crescimento anual (16,5%) mais compatível com o desempenho observado nos anos de execução orçamentária, o que não se verificou em relação as receita Próprias. O quadro abaixo apresenta o ritmo da evolução das Transferências para o Estado:^{1/}

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índices:	100	109	108	126	121
Acréscimos Anuais: (%)	-	+ 9,4	- 1,4	+17,0	- 3,7

O Gráfico seguinte apresenta a evolução, em termos reais, das Transferências recebidas pelo Estado, pela Região e pelo Total dos Estado e Distrito Federal.^{2/} As Transferências para Alagoas têm uma evolução baixa. Seu ritmo médio de evolução (4,9% a.a.) é bem inferior ao da evolução do Total das Transferências para a Região (9,2% a.a.), bem como, inferior ao ritmo da evolução do total geral das Transferências (12,3% a.a.).

^{1/} Tabela AL - 2.2

^{2/} Tabela BR - 2.2.1

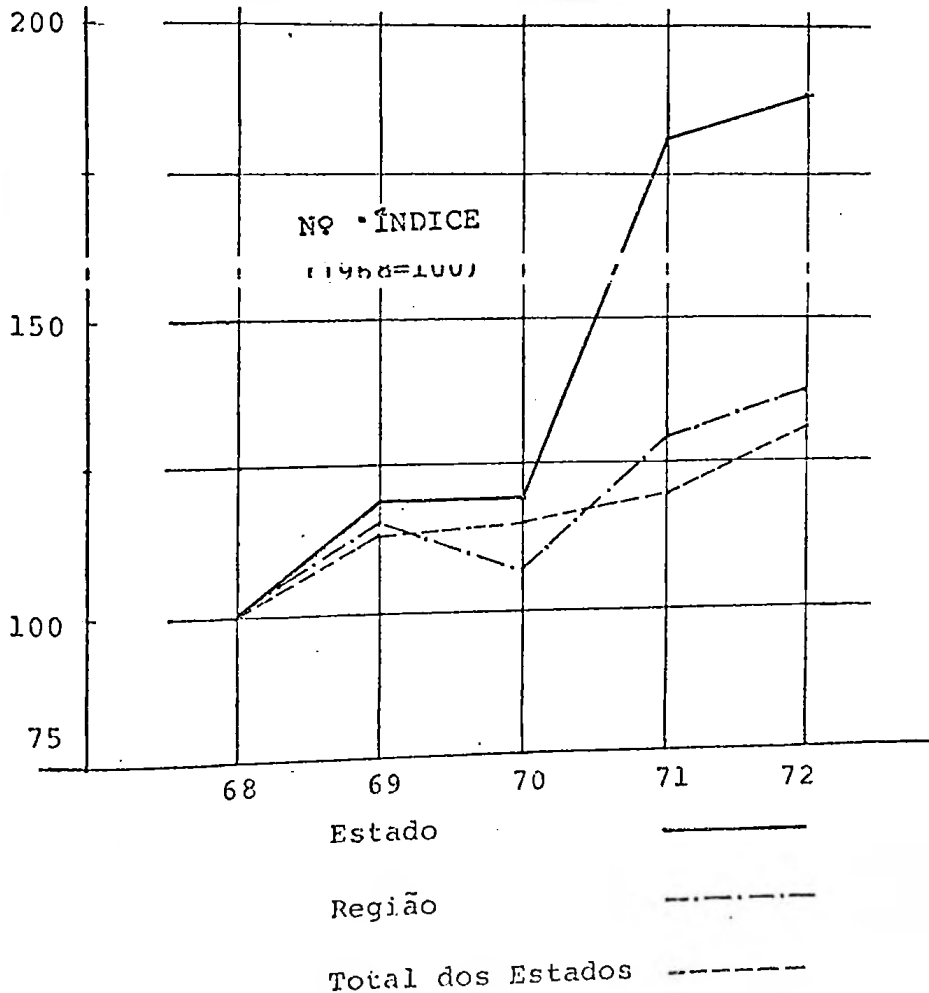


2.2.2. O ICM

O ICM, principal componente das Receitas Próprias, contribuiu para o Total de Receitas do Estado no período 1968/70, com cerca de 64 %. As previsões para 71/72, não modificam significativamente esta estrutura de distribuição, em que pese a elevada participação (67,3 %) resultante das estimativas de 1972, a mais alta do período.

Em termos reais, o ICM, no sub-período 1968/70, evoluiu a uma taxa de 8,0% a.a.. Para os dados de Orçamento, sub-período 1971/72, há previsão de que seu crescimento se efetue a uma taxa mais elevada, da ordem de 26,5% a.a.

O Gráfico a seguir mostra a evolução comparada do ICM, para Alagoas, para a Região Nordeste, e para os Estados da Federação ^{1/}. O ICM para Alagoas apresenta-se mais dinâmica, principalmente nos anos de previsão, que a evolução do ICM para a Região e para a Federação:



O Gráfico nº VII apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra

^{1/} Tabela BR - 2.1.1

a proporção do ICM no total de Receitas para todos os Estados da Região do Nordeste de 1968, 1970 e 1972.^{1/} Alagoas tem a participação do ICM na composição da Receita com uma tendência crescente. Enquanto a média regional decresce, a participação do ICM em Alagoas cresce, sendo em 1972, o Estado Nordestino onde o ICM tem a maior participação na Receita.

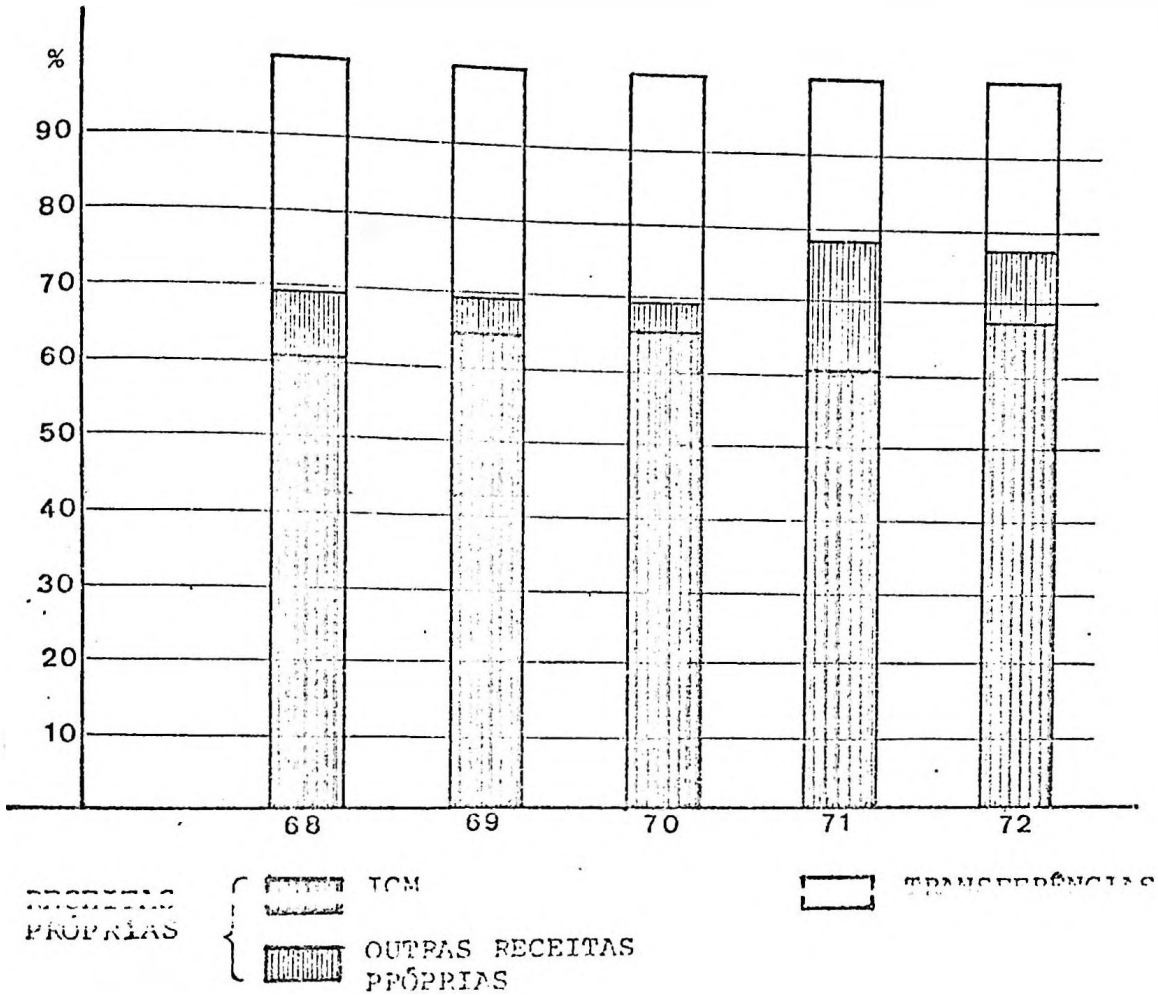
2.2.3. A Composição Percentual da Receita Segundo a Origem

O ritmo de crescimento mostrado pelas Receitas Próprias e seus componentes e pelas Transferências implicou em que as Receitas Próprias mantivessem sua participação relativa no total de Receitas ao longo do sub-período 1968/70. No sub-período 1971/72, previsões indicam um aumento de sua participação de modo a atingir em 1971 e 1972 uma posição um pouco superior a média do sub-período anterior.

O gráfico seguinte ilustra essa modificação da composição da Receita Estadual:^{2/}

^{1/} Tabela BR - 2.2.1

^{2/} Tabela AL - 1.1



2.2.4. As Transferências e sua Posição Relativa no Total das Receitas.

As Transferências apresentam-se com uma participação relativamente estável no Total da Receita, para os dados de Balanço, passando de 30,8% em 1968 para 30,9% em 1970. Para os dados de Orçamento, sua participação passa a ser decrescente, atingindo 21,5% em 1971, e 22,2% em 1972.

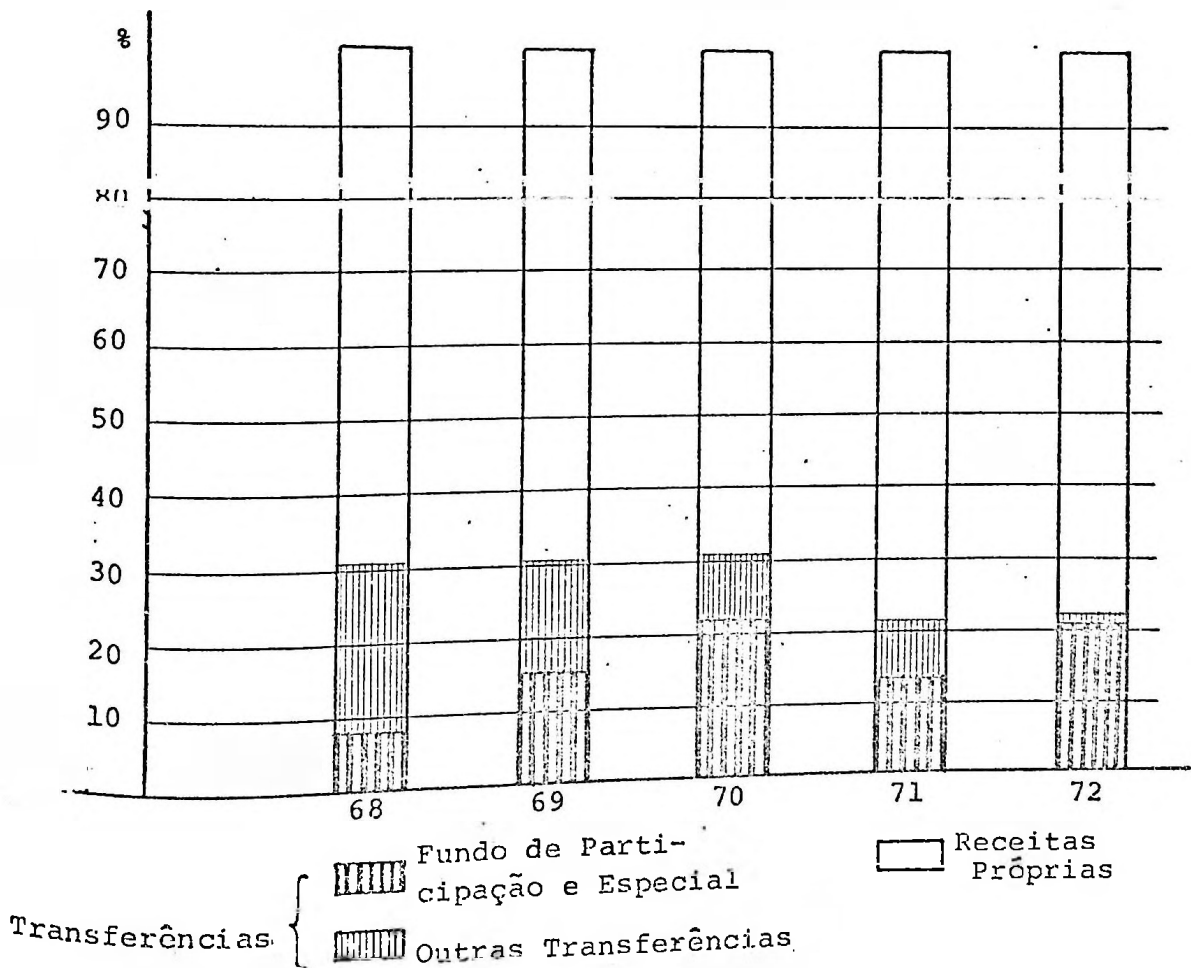
Em conjunto, os Fundos^{1/} elevaram sua contribuição no subperíodo 1968/70, passando de 8,2% em 1968 para 21,7% em 1970, melhoria esta, decorrente da introdução do Fundo Especial em 1968, uma vez que a posição relativa do Fundo de Participação dos Estados per

^{1/} Fundo de Participação dos Estados e Fundo Especial.

maneceu quase estável. No segundo sub-período esta participação deverá alcançar apenas 13,5% em 1971, e 20,8% em 1972, restabelecendo-se assim a posição observada no último ano de execução.

As " Outras Transferências têm uma participação relativa decrescente ao longo de todo o período, passando de 22,6% em 1968 para 1,4 % em 1972, tendo esta diminuição sido mais acentuada nos anos de previsão orçamentária

As modificações estruturais ocorridas na composição das Transferências podem ser visualizadas no gráfico abaixo:^{1/}



^{1/} Tabela AL - 2.3

O Gráfico nº VIII apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra a comparação das Transferências recebidas pelos Estados da Região Nordeste, relativa ao total de Transferências recebidas por todos os Estados da Federação e do Distrito Federal.^{1/}

Alagoas conserva estável a sua participação no total das Transferências no período 1968/71. Em 1972 há uma diminuição de sua participação.

O gráfico nº IX, apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra a comparação entre as Transferências dos Fundos de Participação dos Estados e do Fundo Especial. O Estado de Alagoas tem a sua participação com tendência sempre crescente em termos relativos.^{2/}

O quadro abaixo apresenta a participação relativa de Alagoas no Total das Transferências, e no Total dos Fundos:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Transferências (%)	1,6	1,5	1,6	1,6	1,2
Fundos (%)	0,8	2,2	2,8	2,9	3,5

2.2.5. Receitas em Termos "Per-Capita"

"Receitas Próprias "Per-Capita"

As Receitas Próprias "per-capita" de Alagoas têm uma evolução substancialmente diferente da evolução da média regional das Receitas Próprias: em 1968, o valor para o Estado era um pouco superior à media regional, em 1969 passou a ser ligeiramente inferior

^{1/} Tabela BR - 2.5

^{2/} Tabela BR - 2.5.1

or, e a partir de 1970, o valor do Estado passa a ser cada ano maior que a média regional.

Em 1968 as Receitas Próprias "per-capita" do Estado eram de 56,03 Cr\$ / hab, ou 105% da média regional de 53,32 Cr\$ / hab . Em 1972, as Receitas Próprias "per-capita" estão estimadas em 96,47 Cr\$/hab, ou 116% da média regional, estimada em 83,30 Cr\$ / hab. Ocorrendo assim uma maior disponibilidade de recursos próprios em termos "per-capita".

O Gráfico nº X, apresentado no Anexo I do Vol. 14, apresenta as Receitas Próprias em termos "per-capita", para os anos de 1968, 1970 e 1972, referentes aos Estados nordestinos, à Região Nordeste, e ao conjunto dos Estados do País. Observam-se as oscilações na evolução das Receitas Próprias "per-capita" do Estado, e a sua posição relativa aos demais Estados.

Transferências "Per-capita"

As Transferências "Per-Capita" em termos reais recebidas pelo Estado apresentam-se para o período inferiores às Transferências "per-capita" calculadas para a Região Nordeste e para o total dos Estados e Distrito Federal.^{1/}

Em 1968 as Transferências "per-capita" eram de 24,86Cr\$/hab., ou 96% da média regional de 25,87 Cr\$/hab. Em 1972, as Transferências "per-capita" estão estimadas em 27,57 Cr\$/hab., ou 83% da média regional de 33,24 Cr\$ / hab.. Havendo assim um retrocesso na posição relativa do Estado.

^{1/} Tabela DR - 2.3

O Gráfico nº XI apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra as Transferências "per-capita" recebidas pelos Estados comparadas às do total dos Estados. Este gráfico permite visualizar o comportamento acima descrito, e comparar a posição relativa aos demais Estados.

Enquanto no sub-período 1968/70 há uma certa estabilidade na composição da Receita segundo a origem, no período 1971/72 está prevista uma elevação na participação das Receitas Próprias. Fato devido à elevada taxa de crescimento estimada pelo Orçamento de 1971, que apresenta as Receitas Próprias com um acréscimo em termos reais de 90,7% em relação ao exercício de 1970. O Orçamento de 1972 estima um ligeiro decréscimo em termos reais, talvez evidenciado a constatação ao longo do ano de 1971 de que o Orçamento para aquele exercício estava superestimado.

3. ANÁLISE DA DESPESA

A abordagem do item Despesa será efetuada segundo:

- 3.1 - as categorias econômicas
- 3.2 - as funções

3.1. Análise Segundo as Categorias Econômicas

O Gráfico nº XII apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra a composição das Despesas dos Estados da Região Nordeste segundo as categorias econômicas.^{1/} Alagoas tem a sua composição da Despesa

^{1/} Tabela BR - 3.3

sem uma tendência definida, embora a proporção de gastos correntes seja sempre superior a proporção média da Região. Analisando apenas os anos extremos, há uma diminuição da proporção de gastos de capital. Em 1972, Alagoas estima a menor proporção de gastos de capital entre todos os Estados da Região.

3.1.1. Evolução em termos reais das Despesas Correntes e de Capital

O crescimento das Despesas Correntes, em termos reais, mostrou-se bastante expressivo no sub-período 1968/70, taxa de 19,0% a.a. No sub-período 1971/72, as estimativas implicam em uma taxa de crescimento um pouco mais elevada, da ordem de 22,3% a.a.

O comportamento verificado para as Despesas Correntes no primeiro sub-período resultou tanto da evolução das Despesas com Pessoal (18,7% a.a.) como da evolução das "Outras Despesas Correntes" (19,4% a.a.). Mas para o segundo sub-período, a maior intensidade no crescimento das Despesas Correntes é devido à elevada taxa em que estão previstas evoluir as "Outras Despesas Correntes" (36,6% a.a.). Pois neste segundo período, as Despesas com Pessoal estão estimadas a evoluir em apenas 9,7% a.a.

As Despesas de Capital, em termos reais, assumem tendência ascendente que se mantém até as estimativas de 1971, decrescendo sensivelmente no exercício seguinte. Esta variação foi bastante para alterar o sentido da taxa média de crescimento apurada para o período de previsão relativamente à observada nos anos de execução orçamentária, respectivamente, - 8,9 e 36,5%.

O quadro a seguir ilustra a evolução, em termos reais, das Despesas Correntes e de Capital:^{1/}

Nº Índice - 1968 = 100

ANO \ DESPESA	CORRENTE	CAPITAL
1968	100	100
1969	122	171
1970	142	186
1971	207	228
1972	212	155

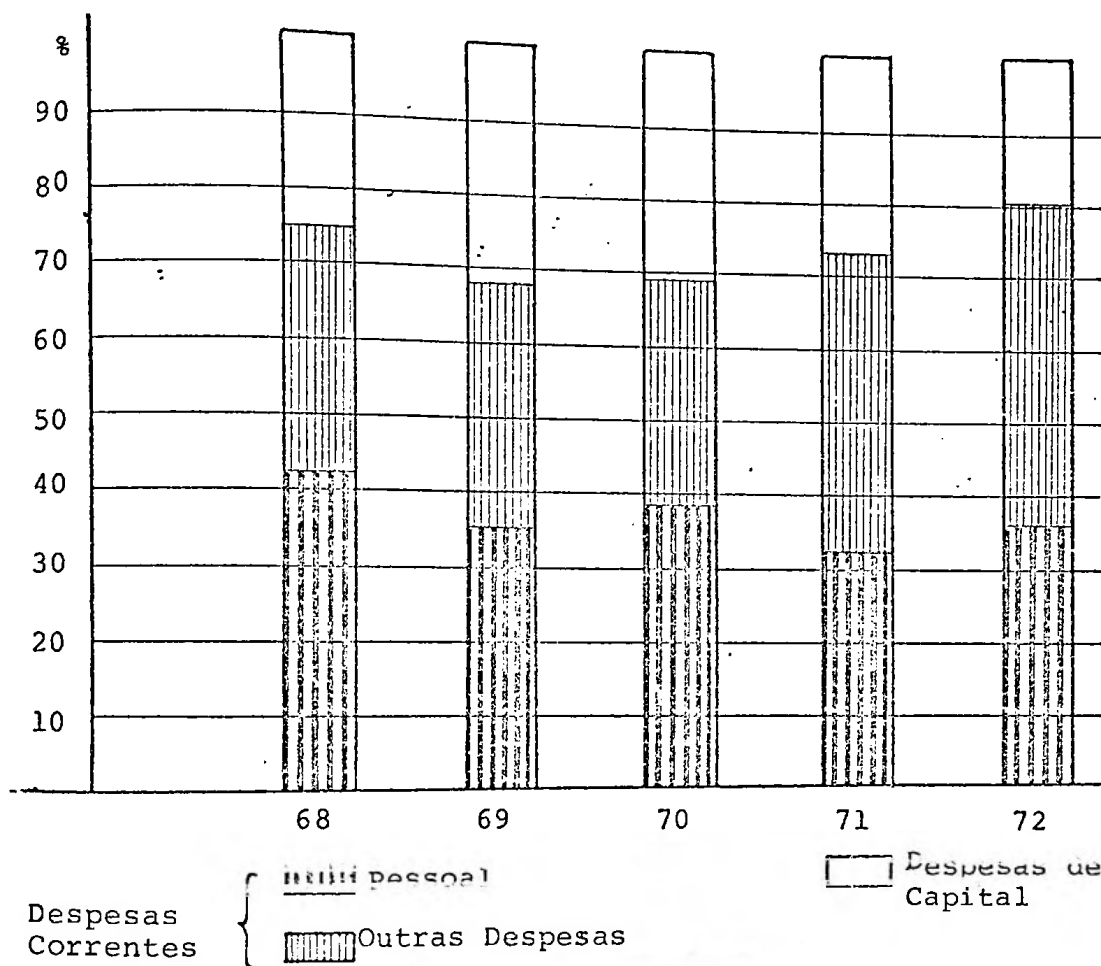
O Gráfico nº XII apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra a comparação das Despesas com pessoal para os Estados da Região.^{1/} Alagoas tem a participação dos gastos com Pessoal no total das Despesas em contínua e regular diminuição. Mesmo assim, a sua participação está um pouco superior a média regional em 1968 e 1972.

3.1.2. A Composição Percentual da Despesa Segundo as Categorias Econômicas

O descompasso no ritmo de crescimento entre as Despesas de Capital e as Despesas Correntes determinou uma mudança na composição do Total das Despesas, com aumento da proporção das Despesas

^{1/} Tabela BR - 3.4

Correntes do final do período, como evidencia o gráfico abaixo. 1/



A tendência evidenciada na distribuição acima não acompanha o comportamento observado para a maioria dos Estados da Região onde a importância relativa das Despesas de Capital apresenta - se ascendente.

3.1.3. Despesas com Pessoal e Capital em Termos " Per - Capita"

As Despesas com Pessoal "per-capita", em termos reais , mostram-se em contínua expansão, passando de 29,00 Cr\$ / hab. pa ra 44,80 Cr\$ / hab. no período 1968/72. Em termos relativos, a Despesa com Pessoal "per-capita" do Estado que em 1968 represen- tavam 82% da média calculada para a Região Nordeste (35,44 Cr\$/ - hab.) deverá elevar-se para 115% em 1972 dessa média, (38,82Cr\$ / hab), o que indica que a estrutura do Governo Estadual custava me

nos por habitante que a média regional, mas que a partir de 1970 deverá ser mais onerosa.

As Despesas de Capital "per-capita", em termos reais, se elevam de 17,24 Cr\$ / hab. para 24,36 Cr\$ / hab., no período 1968 /72. No mesmo período, as Despesas de Capital "per-capita" calculadas para a Região Nordeste passaram de 27,55 Cr\$ / hab. para 42,90 Cr\$ / hab. e, em termos relativos, os valores para o Estado representam, respectivamente, 63% e 57% dos valores para a Região. Dessa forma, o Governo Estadual pretende dispender em formação de Capital cifras por habitantes cada vez menores em relação aos valores regionais.^{1/}

3.2. Despesas por Funções

Os setores, Governo, Administração Geral e Financeira , Viçõs Transportes e Comunicação e Educação e Cultura, respondem no conjunto, por mais de 60% de total de Despesas. O quadro a seguir, apresenta a evolução da participação relativa no total de Despesas, desses setores, em conjunto e sua posição individual.^{2/}

^{1/} Tabelas AL - 3.4 e BR - 3.2

^{2/} Tabela AL - 3.3

nos por habitante que a média regional, mas que a partir de 1970 deverá ser mais onerosa.

As Despesas de Capital "per-capita", em termos reais, se elevam de 17,24 Cr\$ / hab. para 24,36 Cr\$ / hab., no período 1968 /72. No mesmo período, as Despesas de Capital "per-capita" calculadas para a Região Nordeste passaram de 27,55 Cr\$ / hab. para 42,90 Cr\$ / hab. e, em termos relativos, os valores para o Estado representam, respectivamente, 63% e 57% dos valores para a Região. Dessa forma, o Governo Estadual pretende dispender em formação de Capital cifras por habitantes cada vez menores em relação aos valores regionais.^{1/}

3.2. Despesas por Funções

Os setores, Governo, Administração Geral e Financeira, Viação, transportes e comunicação e Educação e Cultura, no conjunto, por mais de 60% de total de Despesas. O quadro a seguir, apresenta a evolução da participação relativa no total de Despesas, desses setores, em conjunto e sua posição individual.^{2/}

^{1/} Tabelas AL - 3.4 e BR - 3.2

^{2/} Tabela AL - 3.3

DESPESA SEGUNDO AS PRINCIPAIS FUNÇÕES

(Despesa Total = 100%)

SETORES	GOV. ADMINIST.	VIAÇÃO TRANSP.	EDUCAÇÃO E	TOTAL
ANOS	GERAL E FINAN.	COMUNICAÇÕES	CULTURA	
1968	27,1	3,5	14,1	44,7
1969	18,9	6,9	21,7	47,5
1970	19,1	10,6	27,9	57,6
1971	45,0	6,9	21,1	73,0
1972	34,1	5,2	21,2	60,5

A evolução é uniforme em 1968/70, quando há um regular e contínuo aumento da participação do conjunto de setores. Mas para os últimos exercícios, há muita irregularidade nas previsões, não ha vendo uma tendência definida.

4. ANÁLISE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO E FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

4.1. Equilíbrio Orçamentário

4.1.1. Saldo Orçamentário^{1/}

Em 1968 houve um significativo Superavit Orçamentário, da ordem de 15% em relação à Receita do exercício. Nos exercícios seguintes houve Deficit Orçamentário sendo que em 1969 o Deficit foi de apenas 4%, e em 1970 já alcançava a significativa proporção de 21% da Receita. E o Deficit é oriundo do Saldo negativo em Conta de Capital, já que o Saldo em Conta Corrente é sempre positivo à exceção de 1970 e 1971, quando foi negativo, mas de montante muito pequeno.

4.1.2. Saldo Orçamentário Efetivo^{2/}

As Operações de Crédito realizadas não chegaram a provocar sensíveis reduções no Saldo Orçamentário Efetivo dos anos 68/70, a exceção do primeiro ano quando o Superavit Orçamentário Efetivo foi, em proporção a Receita, cerca de 5% menos. Já os saldos Orçamentários Efetivos constatados nos anos seguintes não mostraram agravamento da situação deficitária do Estado, pois guardaram praticamente as mesmas proporções em relação a receita (4,1 e 21,0%), apuradas para o Saldo Orçamentário.

Para os anos de previsão orçamentária a existência de Deficit Orçamentário Efetivo se deve as expectativas de crescimento das Operações de Crédito. Comparativamente ao verificado no período anterior estas operações deverão assumir valores absolutos bastante

^{1/} Saldo Orçamentário = Receita - Despesa (Tabela - 4.1)
^{2/} Saldo Orçamentário Efetivo = Saldo Orçamentário - Operações de Crédito (Tabela - 4.1.).

elevados, mas sua importância sobre o equilíbrio Orçamentário Efetivo não será muito grande, pois os Deficits Orçamentários Efetivos resultantes serão em proporção a Receita de apenas 7,8 e 5,7% respectivamente em 1971 e 1972. Estas percentagens se afiguram bem menores que as esperadas para o conjunto dos Estados Nordestinos.

O comportamento do Saldo Orçamentário Efetivo de Alagoas tem uma tendência diferente da tendência do comportamento da média regional da relação entre Saldo Orçamentário Efetivo e Receita.^{1/} Essa diferença entre as tendências pode ser observada no quadro abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Saldo Orçamentário Efetivo/ Receita (NE) (%):	-10,9	-12,0	-11,6
Saldo Orçamentário Efetivo/ Receita (AL) (%):	+10,3	-21,0	-5,7

O gráfico nº XIV, apresentado no Anexo I do Vol.14, apresenta a relação entre o Saldo Orçamentário Efetivo e a Receita para os Estados do Nordeste, referente aos anos de 1968, 1970 e 1972.

Em 1968, Alagoas teve a maior relação entre Saldo Orçamentário Efetivo e Receita entre os Estados da Região, sendo que foi um dos poucos Estados a apresentar Superavit. Em 1970 Alagoas está entre os Estados com maior relação entre o Saldo Orçamentário Efetivo e a Receita, sendo que apresenta Deficit, como os demais Estados da Região.

4.2. Financiamento das Despesas de Capital

A primeira fonte de recursos para Despesas de Capital - (DK) - a ser analisada é a Poupança em Conta Corrente^{2/}. Em relação à Receita, o Saldo em Conta Corrente (SCC) está decrescendo, e de valores positivos passou a negativos. É o que permite observar o quadro abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
SCC/Receita (%):	+15,9	+8,5	-4,1	-0,2	+1,1

^{1/} Tabela BR - 4.1
^{2/} Tabela AL - 4.2

Em termos comparativos aos demais Estados da Região, Alagoas segue a tendência geral, apesar de apresentar uma grande variação em sua posição relativa.^{1/} É o que permite visualizar o Gráfico nº XV, apresentado no Anexo I do volume 14, que apresenta a relação entre Saldo em Conta Corrente e Receita para os Estados Nordestinos.

Dessa forma a participação do Saldo em Conta Corrente no financiamento das Despesas de Capital apresenta uma substancial diminuição. É o que apresenta o quadro abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
SCC/Despesas de Capital (%):	+74,9	+25,4	-11,0	-0,7	+5,6

De uma participação expressiva (+74,9% e +25,4%) a Poupança em conta corrente passa a desviar recursos da Receita de Capital para gastos Correntes.

Em resumo, o Saldo em Conta Corrente deixou de ser uma fonte importante de recursos para Despesas de Capital, e passou a representar um desvio de recursos de Capital para gastos correntes.

^{1/} Tabela BR - 4.2

A principal fonte de recursos para o financiamento das Despesas de Capital são as Transferências de Capital. A participação das Transferências de Capital nas Despesas de Capital foi de 88% em média no período 1968/72. O quadro abaixo apresenta a relação entre as Transferências de Capital e as Despesas de Capital:^{1/}

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Transferências de Capital/ Despesas de Capital: (%)	142	100	73	61	65

O quadro acima permite observar que a dependência das Despesas de Capital a recursos disponíveis é elevada, mas que está em declínio.

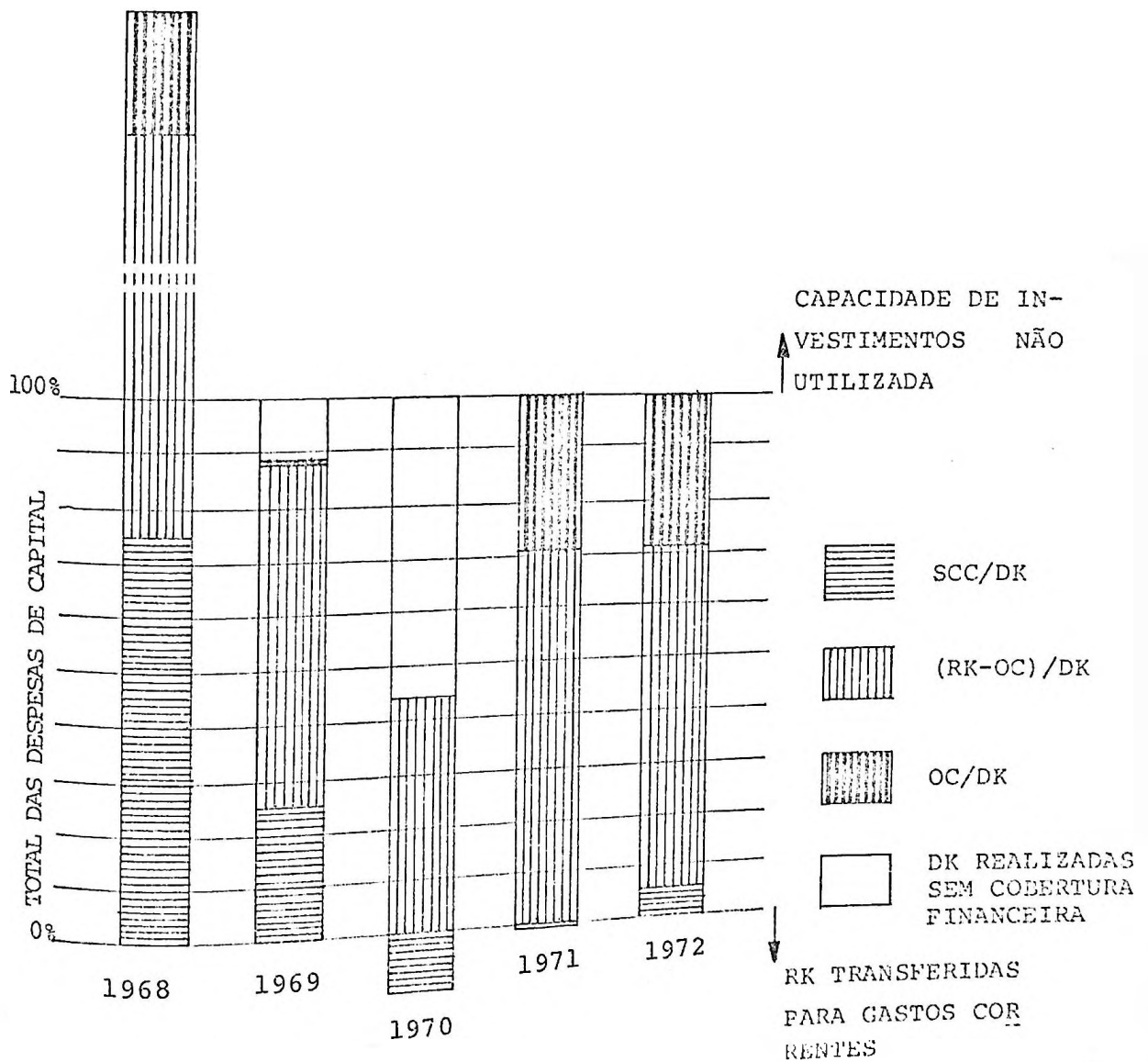
Esta diminuição de dependência aos recursos transferidos é parcialmente função do aumento da participação das Operações de Crédito (OC) nas Despesas de Capital. Esta participação é expressiva nos últimos dois exercícios, após ser insignificante ou nula em 1969 e 1970. É o que pode ser observado no quadro abaixo:^{2/}

	1968	1969	1970	1971	1972
Operações de Crédito/ Despesas de Capital. (%)	22,2	0,7	-	28,9	29,3

^{1/}Tabelas AL - 1.1 e 2.2

^{2/} Tabela AL - 4.3

Concluindo, o financiamento das Despesas de Capital é feito pelas Transferências de Capital e pelas Operações de Crédito. Apesar de significativas parcelas das Despesas de Capital terem sido realizadas sem cobertura financeira nos exercícios de 1969 e 1970.^{1/} O gráfico abaixo apresenta a composição dos recursos para financiamento das Despesas de Capital, segundo a origem. É necessário observar que a participação das Transferências de Capital estão incluídas no item "Receitas de Capital" menos "Operações de Crédito" sobre "Despesas de Capital. (RK - OC)/DK.



^{1/} - Tabela AL - 4.3

5. O ENDIVIDAMENTO DO ESTADO

5.1. Composição da Dívida

Não há informações acêrca da existência ou não da Dívida Fundada Externa. A Dívida Interna está tendo uma radical alteração em sua composição: em 1968, a Dívida Fundada era 55% do total e a Dívida Flutuante 45%, mas em 1970, a composição foi de 21,7% e 78,3%, respectivamente, com um substancial crescimento da Dívida Flutuante.^{1/}

5.2. Relação entre Dívida e Receita

A relação entre a Dívida e a Receita constitui um bom indicador do processo de endividamento de governos. Alagoas tem um processo de endividamento em ritmo crescente, conforme mostra o quadro abaixo:^{2/}

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>
Dívida/Receita Total (%)	18,9	13,1	25,7
Dívida/Receitas Próprias (%)	27,3	19,0	37,2

Mas o endividamento de Alagoas parece ser recente, o que faz com que as Amortizações e os juros, ou o Serviço da Dívida, tenham pequena participação no total da Receita.^{3/} Não há um comprometimento substancial de recursos pelo endividamento do Estado.

O gráfico nº XVI apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra a relação da Dívida e a Receita, para os Estados nordestinos e para a Região.^{1/} O Estado de Alagoas tem a menor relação Dívida e Receita entre os Estados Nordestinos.

^{1/} Tabela AL - 5.1

^{2/} Tabela AL - 5.2

^{3/} Tabelas AL - 5.3, 5.4 e 5.5

D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESTADO DE ALAGOAS

1. Encontro Nacional de Secretários de Planejamento - Notas taquigráficas das reuniões. "Estado de Alagoas - consideração" sobre a elaboração do orçamento e do plano de ação do Governo" Brasília, 15 a 17/12/1971. 21 f.
2. Orçamento programa 1972 - Assembléia Legislativa. Maceió, novembro 1971.
3. Lei nº 3.124, de 30 de novembro de 1970. Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado de Alagoas para o exercício financeiro de 1971, e adota outras providências. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, 30 de dezembro de 1970.
4. Lei nº 3.179, de 01 de dezembro de 1971. Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado de Alagoas para o exercício financeiro de 1972 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, 31 de dezembro de 1971.
5. Projeto de lei 33/71. Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado de Alagoas, para o exercício financeiro de 1972 e dá outras providências. Assembléia Legislativa Estadual, Maceió, novembro de 1971. Anexos I e II.
6. Contas do exercício de 1970. Secretaria da Fazenda - Contadoria Geral do Estado
7. Plano de ação do Governo 1972/1975. Secretaria de Planejamento. v. 2.
8. Revista de Finanças Públicas. Cons. Tec. Econ. e Fin. - Ministério da Fazenda - Vols. 290/301.

E - ANEXOS

ANEXO I - O PLANEJAMENTO ESTADUAL

- O PLANEJAMENTO ESTADUAL EM ALAGOAS

.1 - Antecedentes

1.1 O Estado não apresentou documentos mostrando os antecedentes de seu sistema de planejamento, em decorrência de uma situação especial no Estado, com o Secretário da Fazenda respondendo provisoriamente pela Pasta do Planejamento.

1.2 a

1.4 Não foi apresentado nenhum documento que abordasse a existência de planos anteriores.

1.5 No Plano de Ação do Governo, no item "Experiência Estadual de Planejamento", depreende-se que o Estado de Alagoas vem procurando aderir aos métodos e técnicas racionais de planejamento adotadas pelo Governo Federal, apesar da limitada e quase empírica experiência que tem tido nesse campo.

A fragilidade do processo de planejamento estadual, constatada-se nos seguintes estrangulamentos:

a) falta de continuidade administrativa;

b) estrutura orgânica da Unidade Central de Planejamento não racionalizada, sem condições efetivas de funcionamento, quanto ao desempenho das atividades próprias de planejamento;

c) Unidades Setoriais de Programação e Orçamento (APO) operando desarticuladamente com o Núcleo Central de Planejamento, sem condições de provocar mudanças na estrutura setorial;

d) inexistência no órgão Central de Planejamento de um Sistema de Acompanhamento e Controle (físico e financeiro) da aplicação dos recursos de modo a permitir a consecução das eventuais falhas de formulação dos planos e/ou alteração da realidade econômico-financeira do Estado;

e) precária utilização do orçamento como instrumento de detalhamento anual dos planos de Governo;

f) inexistência de um sistema de avaliação de resultados da execução orçamentária;

g) limitação de ordem funcional do Órgão Central de Planejamento, quanto à orientação da aplicação dos recursos transferidos aos Governos Municipais, objetivando não só uma utilização racionalizada, bem como a integração do planejamento estadual e municipal.

mediante uma programação especial dos investimentos;

h) limitação de ordem financeira do Estado, quanto ao qu se total comprometimento dos recursos financeiros, no atendimento às despesas com o funcionalismo estadual;

i) limitação do alcance do poder estatal, configurada pela falta de dinamismo à atualização de sua máquina administrativa.

.2 - Estrutura Organizacional e Funcional do Planejamento

2.1 a

2.5 Estes itens não foram abordados de forma específica, porém o Governo estadual pretende implantar o Sistema Estadual de Pla neejamento com vistas ao fortalecimento da ação governamental.

Para tanto, apresenta as diretrizes básicas que nortearão o referido Sistema:

a) reestruturação da Secretaria de Planejamento de modo a criar condições efetivas de funcionamento, quanto às suas atividades próprias, mediante: i) instituição de serviços de apoio, ii) es tudos, pesquisas e levantamentos sócio-econômicos de caráter geral e especial;

b) atribuição do Orçamento-Programa e do Orçamento Pluria nua l de Investimentos à Secretaria de Planejamento, dando-lhe poderes para influir decisivamente na distribuição e alocação dos recu sos financeiros;

c) produção de informações estatísticas fidedignas, atra vés de modificações estruturais no Departamento Estadual de Estatis tica, suporte básico indispensável à tarefa de planejar;

d) instituição de um Sistema de Acompanhamento e Controle (físico e financeiro) da aplicação dos recursos, mediante o estabelecimento de um fluxo de informações entre a SEPLAN e os órgã o ex-
cutores;

e) sistematização das atividades de planejamento desenvol vidas pelas Unidades Setoriais;

f) integração de tôdas as Unidades Setoriais de Planeja mento, no processo de Programação e Orçamento, sob a coordenação do Órgã o Central do Sistema;

g) modernização do sistema de arrecadação-fiscalização.

3 - Quadro Atual do Planejamento

3.1 Aspectos Básicos

O atual Plano de Ação do Governo do Estado foi elaborado para cobrir o período de 1972/75, embora o Orçamento Plurianual de Investimentos diga respeito ao triênio 1972/74.

Face à natureza do Plano, o Governo estadual, pretende que em cada ano do período de sua vigência, seja feita uma revisão do mesmo e se prepare um plano operativo para o ano subsequente: a elaboração do referido plano operativo anual, dar-se-ia simultaneamente à preparação da proposta orçamentária.

O Plano de Ação do Governo de Alagoas, em seu contexto inicial, apresenta dados gerais da economia alagoana, no que diz respeito aos aspectos geográficos e histórico-demográficos, culminando com um pré-diagnóstico geral e espacial, (definido no Plano como Perfil Econômico), diagnósticos setoriais, diretrizes de estratégia geral e setorial. Em anexo, é também apresentada uma listagem de projetos a serem executados pela SUDENE, no Estado de Alagoas.

O documento procura analisar as características principais da Economia Alagoana, dentre as quais, entre outras, destacamos:

- a) elevada predominância do Setor Primário;
- b) baixa renda média individual;
- c) papel secundário da indústria;
- d) irregular seleção de prioridades na aplicação dos recursos.

Com referência ao Setor Primário, principal suporte da Economia Alagoana, são relacionados os seguintes pontos de estrangulamentos estruturais:

- a) rigidez da estrutura fundiária;
- b) baixa produtividade dos fatores produtivos (terra, capital e mão-de-obra), acarretando: i) expansão da produção agrícola à custa da ocupação de novas áreas; ii) predomínio da Agricultura de subsistência e iii) baixa renda per-capita, que impede a população rural de tornar-se consumidora de produtos industriais;
- c) insignificante utilização de insumos modernos: fertilizantes, inseticidas, corretivos, implementos agrícolas;

d) carência de Assistência Técnica e Financeira - Crédito Rural Orientado;

e) alta vulnerabilidade às irregularidades climáticas;

f) regime de trabalho assalariado pouco generalizado no desenvolvimento das culturas, com exceção da cana-de-açúcar;

g) sistema de comercialização muito precário por falta de condições físicas em termos de equipamentos adequados de conservação, transporte, beneficiamento, e de condições institucionais de suprimento de recursos financeiros (crédito, seguro, informações de mercado, garantia de preços mínimos).

3.2 Estratégia Geral e Objetivos

Observa-se uma preocupação com a política espacial de investimentos que se vem aplicando em Alagoas. Por sua característica de centralização na Capital, poderia ser identificada como um dos pontos de estrangulamento responsáveis pelo baixo índice de desenvolvimento do Estado.

Um dos objetivos a alcançar com a reestruturação dos sistemas de planejamento e administração, será a realização do diagnóstico geo-sócio-econômico do Estado, que possibilitará a identificação das áreas estratégicas para o desenvolvimento, ou seja, a caracterização definitiva das micro-regiões do Estado e seus polos de irradiação econômica.

Assim sendo, o diagnóstico do Estado, será pois, o condicionante básico para identificar os polos onde dever-se-á aplicar, de maneira racional, os limitados recursos disponíveis, a fim de transformá-los em regiões propulsoras.

Face ao exposto, conclui-se que a definição de estratégia espacial para o Estado de Alagoas se reveste apenas de cunho indicativo no que tange às modificações que se fizerem necessárias nos projetos constantes do Plano, no triênio 1973/75, sendo que as previsões para 1972 foram limitadas exclusivamente à área Metropolitana, em virtude desta já possuir algumas condições infra-estruturais, permitindo com isso, que os efeitos de irradiação econômica se façam sentir de forma mais imediata.

3.2.1 Síntese dos Objetivos:

Os objetivos que se pretende atingir com a estratégia geral adotada, podem assim ser resumidos:

a) dotar o Estado de um suporte administrativo dinâmico, flexível e compatível com as exigências que o próprio desenvolvimento está a requerer;

b) promover uma melhor capacitação do pessoal técnico, de maneira a responder adequadamente às exigências que advirão das mudanças estruturais a serem implementadas;

c) possibilitar a elevação da taxa de emprego, com melhoria gradativa dos níveis de vida da população;

d) incentivar uma melhor combinação na utilização dos fatores produtivos no Setor Primário, que atualmente representa o suporte básico do Estado, permitindo o aumento não só dos níveis de produtividade, bem como de produção;

e) dinamizar a política de incentivos do Setor Industrial, de maneira a possibilitar uma contrapartida efetiva deste na formação da renda estadual, não só pela criação de novas unidades produtivas, mas também estimulando a ampliação das existentes e introduzindo medidas que resultem um índice de rentabilidade mais satisfatório;

f) tornar possível a expansão das atividades econômicas, mediante a ampliação dos serviços de infraestrutura econômica e social.

3.3 Prioridades

Para efeito de análise das prioridades, os diversos Setores foram agrupados em Atividades Meio e Atividades Fins.

Faz-se, entretanto, necessário ressaltar que o esquema de investimentos globais, no item "Atividades Fins" (vide quadro abaixo), apresentado no Plano não permite uma análise mais acurada do grau de prioridades atribuído aos diversos Setores, pelas razões seguintes:

a) os programas setoriais não foram enquadrados dentro do critério de infraestrutura Física e Social e Setores Produtivos (Agricultura, Indústria, etc.);

b) alguns programas são apresentados de forma integrada e inadequada, faltando-lhes algum detalhamento.

A título de ilustração, poder-se-ia citar:

1) o item "Serviços Urbanos" também incorpora os setores de Energia Elétrica e Água e Esgotos (Saneamento);

2) o ítem "Indústria e Comércio" também abrange o Setor Turismo;

3) finalmente, o Setor Habitação se encontra inserido no ítem "Bem-Estar Social".

Contudo, chama-se a atenção para o elevado percentual dos programas constantes das Atividades Meios, cuja participação atinge 40%.

Nas Atividades Fins os itens mais significativos são: Serviços Urbanos (inclusive Energia Elétrica e Saneamento Básico) 24,3%, Indústria e Comércio (inclusive Turismo) 12,2%, Transportes 8,9% e Educação e Cultura 8,1%.

São os seguintes os Investimentos Globais e as percentagens por Setor no período 1972/75.

	<u>Cr\$ 1.000</u>	<u>%</u>
<u>ATIVIDADES MEIO</u>	<u>280.723</u>	<u>40,0</u>
Governo e Administração Geral	15.048	2,2
Administração Financeira	255.526	36,4
Defesa e Segurança	10.149	1,4
<u>ATIVIDADES FINS</u>	<u>421.683</u>	<u>60,0</u>
Recursos Naturais e Agropecuários	21.490	3,0
Viação, Transportes e Comunicações	62.527	8,9
Indústria e Comércio	85.699	12,2
Educação e Cultura	56.752	8,1
Saúde	17.860	2,5
Bem-Estar Social	6.417	1,0
Serviços Urbanos	170.938	24,3
T O T A L	<u>702.406</u>	<u>100,0</u>

3.4 Instrumentos

No ítem "Estratégia Geral", o plano faz referência, de forma muito sucinta, aos Instrumentos Básicos que o Governo Estadual pretende utilizar para realização das referidas metas, a saber:

a) implementação do Sistema de Planejamento Estadual, objetivando uma melhor orientação dos investimentos públicos e privados de maneira a evitar a pulverização dos recursos escassos disponíveis e assegurar altos níveis de investimentos aos setores prioritários;

b) racionalização do Sistema de Administração Pública, mediante a implantação de uma Reforma Administrativa capaz de provocar a dinamização dos serviços quanto à adequação dos mecanismos de ação públicos necessários à sistematização da administração programada;

c) racionalização do aparelho Arrecadador-Fiscalizador de maneira a permitir maior captação de recursos, tão necessários ao financiamento das pretensões Governamentais.

Em linhas gerais, o Governo de Alagoas procurara dinamizar, não só a máquina administrativa como também sua política fiscal, em que os impostos assumem o importante papel de captação de recursos financeiros do sistema econômico, necessários à execução dos programas Governamentais.

3.5 Programas e Projetos Prioritários

O plano não se preocupa em distinguir os programas e projetos prioritários, listando a totalidade de medidas, atos, obras e realizações sob o título de Programas Meio e Programas Fins.

Encontra-se em anexo, a listagem dos referidos programas e projetos.

3.6 Esquema Financeiro do Plano

Os recursos financeiros vinculados ao financiamento dos investimentos constantes do "Plano de Ação do Governo", tiveram por base o FPE (30%) e FE (100%). Esta diretriz, fundamentada na realidade estadual, prevê a necessidade de utilização dos 70% do FPE restantes e de toda a receita captada pelo erário estadual, em despesas correntes, como procedimento eficaz no estabelecimento futuro de um equilíbrio satisfatório nas finanças estaduais.

Torna-se, pois, imperativo o maior carreamento possível de recursos federais, no tocante ao FPE e FE garantindo, deste modo, a exequibilidade do referido Plano.

Não obstante o não comprometimento dos recursos estaduais em investimentos, o Plano apresentou as estimativas desses recursos (1972/75), bem como do FPE e FE. (Vide Quadro anexo "Projeção das Receitas Orçamentárias").

ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

PROJEÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

1972/1975

DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA	T O T A L		PROJEÇÃO ANUAL							
	Em	%	1972		1973		1974		1975	
			Em	%	Em	%	Em	%	Em	%
I- RECEITAS NÃO VINCULADAS	987.410,9	79,24	155.877,1	74,64	205.161,2	79,66	268.399,6	80,10	357.973,0	80,49
I.1) ICM- Estado	710.964,1	57,05	112.508,1	53,87	147.827,8	57,40	192.619,8	57,49	258.013,4	98,02
I.2) Fundo de Partici- pação	159.305,7	12,78	24.994,8	11,97	33.039,0	12,83	43.669,0	13,03	57.602,9	12,95
I.3) Fundo Especial	117.141,1	9,41	18.379,2	8,80	24.294,4	9,43	32.110,3	9,58	42.356,7	9,52
II - RECEITAS VINCULADAS	177.741,1	14,26	28.125,8	13,47	36.957,0	14,35	48.154,9	14,37	64.503,4	14,50
II.1) ICM - Município	177.741,1	14,26	28.125,8	13,47	36.957,0	14,35	48.154,9	14,37	64.503,4	14,50
III - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	12.000,0	0,96	12.000,0	5,74	-	-	-	-	-	-
IV - OUTRAS	69.038,9	5,54	12.856,4	6,15	15.427,7	5,99	18.513,2	5,53	22.241,6	5,01
T O T A L	1.246.190,0	100,00	208.859,3	100,00	257.545,9	100,00	335.067,7	100,00	444.418,0	100,00

RESUMO FINANCEIRO CONSOLIDADO DOS PROGRAMAS (1)

1972/1975

Em Cr\$ 1,00

PROGRAMAS	APLICAÇÕES								TOTAL
	1972	%	1973	%	1974	%	1975	%	
<u>PROGRAMAS-MEIO</u>									
Governo e Administ. Geral.	2.738.840	18,2	6.050.662	40,2	4.343.478	28,9	1.915.000	12,7	15.047.980
Administração Financeira.	47.879.524	18,7	55.025.095	21,5	70.380.099	27,6	82.241.713	32,2	255.526.431
Defesa e Segurança.....	2.117.245	20,9	3.018.419	29,6	3.424.691	33,8	1.588.895	15,7	10.149.250
<u>PROGRAMAS-FINS</u>									
Recursos Naturais e Agrop.	3.225.639	15,0	4.332.125	20,2	6.646.070	30,9	7.286.086	33,9	21.489.920
Viaçõ, Transport. Comunic.	13.528.168	21,6	16.728.235	26,8	27.993.176	44,8	4.277.400	6,8	62.526.979
Indústria e Comércio.....	14.839.398	17,2	20.465.621	23,9	23.268.983	27,2	27.125.122	31,7	85.699.124
Educação e Cultura.....	8.541.500	15,1	12.505.000	22,0	16.810.000	29,6	18.895.000	33,3	56.751.500
Saúde.....	2.802.338	15,7	3.851.885	21,6	5.052.214	28,2	6.153.703	34,5	17.860.140
Bem-Estar Social.....	596.364	9,3	1.168.894	18,2	1.833.513	28,6	2.818.553	43,9	6.417.324
Serviços Urbanos.....	34.107.487	20,0	33.550.417	19,5	45.230.773	26,5	58.049.276	34,0	170.937.953
TOTAL.....	130.376.503	18,6	156.696.353	22,3	204.982.997	29,2	210.350.748	29,9	702.406.601

(1) Contempla apenas Despesas de Capital

ANEXORELAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS CONSTANTES NO PLANO
DE GOVERNOADMINISTRAÇÃO GERAL:

- Reequipamento do Centro de Treinamento de Pessoal- CENAPE -
- Reformulação e Reestruturação da Reforma Administrativa Estadual
- Construção do Prédio da Secretaria de Administração e dos Negócios Municipais
- Construção, reequipamento, treinamento e pesquisas da Secretaria de Planejamento do Estado
- Construção do Anexo de Administração Geral

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

- Reequipamento do Departamento de Arrecadação da Secretaria da Fazenda
- Assistência Financeira ao Crédito Agrícola e Industrial

DEFESA E SEGURANÇA

- Construção de 85 Delegacias Municipais de Polícia, localizadas em todo o Estado
- Construção do Quartel da Polícia Militar
- Construção das Sedes de 2 Delegacias Regionais de Polícia no interior do Estado
- Construção de 5 sub-delegacias na Capital
- Reequipamento do Departamento de Polícia
- Aquisição de área reservada à instalação do DETRAN

- Reequipamento de moto-mecanização da Secretaria de Segurança Pública
- Aquisição de Equipamento de Comunicações para a Secretaria de Segurança Pública
- Aquisição de equipamento especializado para a Secretaria de Segurança Pública

RECURSOS NATURAIS E AGROPECUÁRIOS:

- Fortalecimento do Serviço de Extensão Rural (ABCAR/AL)
- Construção do Centro de Treinamento Rural de Alagoas (CENTRAL)
- Construção e Equipamento do Matadouro Frigorífico de Alagoas MAFRIAL
- Intensificação do Programa de Mecanização Agrícola
- Pesquisas e Diagnósticos Zoonoses (patologia animal)
- Implantação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado das Bacias Hidrográficas dos Vales Úmidos de Alagoas, numa área de 20.000 km.
- Projeto de Combate à Febre Aftose, Brucelose e Raiva
- Programa de Reforma Agrária em Alagoas
- Projeto de Colonização Agrícola
- Produção e Beneficiamento de Sementes
- Pesquisas Agropecuárias
- Pesquisas sobre mastite, carbúnculo sintomático e hemático
- Implantação de um Sistema Computação Eletrônica
- Estudo biológico dos insetos (praga) e criação dos inimigos naturais para combatê-los
- Controle e melhoramentos das sementes comercializadas no Estado

- Pesquisas sobre brucelose principalmente na bacia leiteira
- Pesquisar e diagnosticar a raiva dos herbívoros do Estado de Alagoas
- Levantamento das principais doenças avícolas do Estado
- O estudo físico-químico dos solos, visando melhor orientação de seu uso
- Estudar o aproveitamento industrial das frutas e legumes
- Construção da Ala Leste do prédio, para instalação da parte administrativa, compreendendo: Gabinete do Diretor-Administrativo, Secretaria, Tesouraria, Seção de Pessoal e Contadoria
- Criação de um órgão que tenha condições de diagnosticar e orientar a Política Agro-Pecuária de Alagoas
- Controle através da profilaxia desta virose (aftosa)
- Coletar, testar e manter em herbário vivo as plantas tóxicas existentes no Estado
- Análise química e bacteriológica das águas de consumo do Estado de Alagoas
- Instalar e manter experimentos com as principais culturas agrícolas do Estado
- Diagnósticos dos problemas parasitários que acometem aos animais do nosso Estado, principalmente dos bovinos
- Aquisição de raças adaptáveis ao nosso clima de acordo com a sua rusticidade, visando a produção de pele e carne
- Pesquisar os melhores métodos de irrigação nas diversas áreas agrícolas do Estado
- Adequação e modernização de instalações, aquisição de matrizes selecionadas, testes de adaptação em determinadas espécies avícolas
- Criação e organização da inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal

- manter sob rigorosa fiscalização o uso correto dos instrumentos de pesos e medidas no Estado de Alagoas

INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

- Construção de um Pavilhão na área industrial Governador Luiz Cavalcante
- Infra-estrutura de áreas industriais - Governador Luiz Cavalcante
- Participação no aumento de capital da Cia. de Abastecimento D'Água e Saneamento de Alagoas
- Participação no aumento de capital do Banco do Estado de Alagoas
- Criação de condições para o desenvolvimento do Turismo
- Subscrição de Capital Social da Cia. de Habitação Popular de Alagoas
- Participação no aumento de capital da Cia. Beneficiadora de Lixo de Alagoas (COBEL)
- Participação no Aumento de Capital da Cia. Industrializadora de Leite de Alagoas
- Participação no Aumento de Capital da Cia. de Armazenagens - Gerais do Estado de Alagoas
- Participação no Aumento de Capital da Cia. Progresso Agrícola de Alagoas (COPAL)
- Crédito Industrial e Rural
- Reforma do Prédio Sede, aquisição de equipamentos e veículos da Cia. de Desenvolvimento de Alagoas (CODEAL)
- Programa de Assistência à Pequena e Média Indústria
- Construção de Hotel de Classe Turística, com 80 apartamentos
- Estudos e Pesquisas para suprir as necessidades de Informações Sócio-Econômicas demandados pelos órgãos públicos e privados

- Escritório de Exportação com base em Maceió
- Subscrição do Capital Social da Cia. de Desenvolvimento de Alagoas (CODEAL)

TRANSPORTES:

- Implantação e promoção das rodovias AL-202 e AL-105 nos trechos Batalha-Olho D'Água das Flores-Santana de Ipanema
- Implantação e pavimentação da rodovia AL-101, no trecho Porto Carlos-Maragogi-Divisa AL/PE
- Implantação e pavimentação da rodovia AL-102, no trecho Arapiraca-Batalha
- Pavimentação da rodovia AL-103, no trecho Arapiraca- Campo Grande
- Pavimentação da rodovia AL-103, no trecho, BR-101/Camaçari
- Implantação e Revestimento das estradas vicinais
- Implantação e pavimentação da rodovia AL-205, no trecho União dos Palmares-Santana do Mundaú

EDUCAÇÃO E CULTURA

- Reforma Administrativa da SENEAC
- Implantação do Ensino do 1º Grau
- Expansão do Ensino Supletivo
- Expansão e Melhoria do 2º Grau
- Programa Operação-Escola
- Desenvolvimento da Educação Física e Desportos
- Conclusão das obras e das instalações e aquisição de equipamentos destinados ao ensino médio
- Conservação do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

- Fortalecimento do Sistema de Planejamento Educacional e Cultural do Estado

SAÚDE:

- Conclusão das obras do Hospital Portugal Ramalho
- Reequipamento do Gabinete do Secretário da Saúde
- Reorganização do Serviço de Estatística da Secretaria da Saúde
- Reestruturação técnico-administrativa da Secretaria de Saúde
- Reequipamento da Diretoria de Administração da Secretaria de Saúde
- Equipamento e instalação para a FASA
- Promoção, aperfeiçoamento e especialização de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde
- Instalação e funcionamento de Hospitais Regionais
- Implantação de Consultorias Odontológicas em Unidades Escolares
- Equipamento e Materiais para o Dispensário de Tuberculose
- Implantação e dinamização do Centro de Educação e Recuperação Nutricional
- Construção do Hospital Constança de Góis Monteiro
- Intensificação do combate às verminoses e às doenças transmissíveis e infecciosas
- Construção de um anexo ao prédio do II Centro de Saúde de Maceió
- Apoio aos diversos Programas de Saúde coletiva através de estudos especializados e programas
- Regionalização dos Serviços de Saúde
- Obras, instalação e equipamentos da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Alagoas

- Ampliação de todos Hospitais
- Ampliação da Assistência Médico-Sanitária

BEM ESTAR SOCIAL:

- Ampliação da Assistência Médica, Hospitalar e Odontológica
- Concessão de Empréstimos Simples e Escolar aos Servidores estaduais
- Capacitar o pessoal administrativo para o desempenho de funções de chefia e relações públicas, bem como, o pessoal encarregado dos setores técnicos
- Construção de um conjunto residencial de 112 unidades para funcionários
- Conceder ao segurado importâncias que permitam a aquisição ou reforma da casa própria e, ou a construção de Unidades Residenciais em terreno próprio
- Criação de Agência de Serviços Sociais
- Reequipamento do Departamento de Serviço Social
- Apoio às Instituições de Amparo à Velhice
- Reequipamento de Creches
- Apoio à Entidades Públicas de Assistência ao Menor
- Programa Integrado de Assistência ao Educando

SERVIÇOS URBANOS:

- Recuperação de habitações das populações marginais via BNH
- Programa de Água e Esgotos em Alagoas - Cia. de Abastecimento de Água e Saneamento do Estado (CASAL)
- Implantação e melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água em 92 Municípios Alagoanos

- Manutenção dos Sistemas de Água e Esgoto do Estado
- Ampliação da Rede Coletora de Esgotos do Estado
- Reforma e ampliação da Rede de Distribuição de Energia em Maceió
- Construção de linhas rurais, implantação e ampliação de e letrificação rural (855 km de linhas)

ANEXO II - SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TABELAS

RESUMO ORÇAMENTÁRIO
Cr\$ milhões correntes

AL
1.1

A N O	R E C E I T A						D E S P E S A													
	CORRENTE			CAPITAL			TOTAL			CORRENTE			CAPITAL			TOTAL				
	VALOR		%	VALOR		%	VALOR		%	VALOR		%	VALOR		%	VALOR		%		
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%		
1 9 6 8	50,5	79,7	12,9	20,3	63,4	100	40,4	75,0	13,5	25,0	53,9	100,0	13,5	25,0	53,9	100,0	13,5	25,0	53,9	100,0
1 9 6 9	66,3	79,0	17,6	21,0	83,9	100	59,2	68,0	27,9	32,0	87,1	100,0	27,9	32,0	87,1	100,0	27,9	32,0	87,1	100,0
1 9 7 0	78,7	80,0	19,7	20,0	98,4	100	82,7	69,4	36,4	30,6	119,1	100,0	36,4	30,6	119,1	100,0	36,4	30,6	119,1	100,0
1 9 7 1	146,2	72,9	54,3	27,1	200,5	100	146,6	73,1	53,9	26,9	200,5	100,0	53,9	26,9	200,5	100,0	53,9	26,9	200,5	100,0
1 9 7 2	170,1	81,5	38,7	18,5	208,8	100	167,8	80,4	41,0	19,6	208,8	100,0	41,0	19,6	208,8	100,0	41,0	19,6	208,8	100,0
MÉDIA (*) 68/72	-	78,6	-	21,4	-	100,0	-	73,2	-	26,8	-	100,0	-	26,8	-	100,0	-	26,8	-	100,0

FONTE: Veja termos de referência do trabalho
NOTA: (*) - Média simples

RESUMO ORÇAMENTÁRIO

Cr\$. milhões de 1972*

A N O	R E C E I T A		D E S P E S A			
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
1 9 6 8	99,0	25,3	124,3	79,2	26,5	105,7
1 9 6 9	107,8	28,6	136,4	96,3	45,4	141,7
1 9 7 0	106,8	26,7	133,5	112,2	49,4	161,6
1 9 7 1	163,5	60,7	224,2	164,0	60,3	224,3
1 9 7 2	170,1	38,7	208,8	167,8	41,0	208,8

FONTE: Tabela 1.1

(*) - Índices utilizados: 1968/70 - Índice Geral de Preços - "CONJUNTURA ECONÔMICA", set.71

1971 - Índice Geral de Preços - Médias dos Meses Junho e Julho

1972 - Hipótese Inflacionária de 12%

RESUMO ORÇAMENTÁRIO

ÍNDICE E TAXA DE CRESCIMENTO

1968 :: 100

A N O	R E C E I T A						D E S P E S A												
	CORRENTE			CAPITAL			TOTAL			CORRENTE			CAPITAL			TOTAL			
	ÍNDICE	Δ %		ÍNDICE	Δ %		ÍNDICE	Δ %		ÍNDICE	Δ %		ÍNDICE	Δ %		ÍNDICE	Δ %		
1 9 6 8	100	-		100	-		100	-		100	-		100	-		100	-		-
1 9 6 9	109	+ 9,0		113	+13,0		110	+10,0		122	+22,0		171	+71,3		134	+34,0		+34,0
1 9 7 0	108	- 0,9		106	- 6,6		107	- 2,1		142	+16,5		186	+ 8,8		153	+ 14,1		+ 14,1
1 9 7 1	165	+53,1		240	+127,3		180	+68,0		207	+46,2		228	+22,1		212	+ 38,8		+ 38,8
1 9 7 2	172	+ 4,0		153	-36,2		168	- 6,9		212	+ 2,3		155	-32,0		198	- 6,9		- 6,9

FONTE: Tabela 1.2

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEQUENDO A ORIGEM

Cr\$ milhões correntes

ANO	RECEITA		RECEITAS PRÓPRIAS						TRANSFERÊNCIAS							
	TOTAL		I C M (a)		OPERACÕES DE CRÉDITO		OUTRAS		TOTAL		CORRENTES		'CAPITAL		TOTAL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1968	63,4	100	38,4	60,6	3,0	4,7	2,5	3,9	43,9	69,2	9,7	15,3	9,8	15,5	19,5	30,8
1969	83,9	100	54,4	64,8	0,2	0,3	3,6	4,3	58,2	69,4	8,5	10,1	17,2	20,5	25,7	30,6
1970	98,4	100	64,7	65,7	--	--	3,3	3,4	68,0	69,1	10,9	11,1	19,5	19,8	30,4	30,9
1971	200,5	100	121,3	60,5	15,6	7,8	20,5	10,2	157,4	78,5	13,5	6,7	29,6	14,8	43,1	21,5
1972	208,8	100	140,6	67,3	12,0	5,8	9,8	4,7	162,4	77,8	19,9	9,5	26,5	12,7	46,4	22,2
MÉDIA(*) 68/72	--	100	--	63,8	--	3,7	--	5,3	--	72,8	--	10,5	--	16,7	--	27,2

Fonte: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (*) - Média simples

(a) - Exclui-se a parcela a ser transferida para os municípios.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEÇJIDO A ORIGEM

Cr\$ milhões de 1972*

N O	RECEITA		R E C E I T A S . . . P R Ó P R I A S						T R A N S F E R Ê N C I A S							
	TOTAL		I C M		OPERAÇÕES DE CRÉDITO		OUTRAS:		TOTAL		CORRENTES		CAPITAL		TOTAL	
	Valor	Δ %	Valor	Δ %	Valor	Δ %	Valor	Δ %	Valor	Δ %	Valor	Δ %	Valor	Δ %	Valor	Δ %
668	124,3	-	75,3	-	5,9	-	4,9	-	86,1	-	19,0	-	19,2	-	38,2	-
669	136,4	+9,7	88,5	+17,5	0,3	-94,9	5,8	+18,4	94,6	+9,9	13,8	-27,4	28,0	+45,8	41,8	+9,4
670	133,5	-0,2	87,8	-0,8	-	-	4,5	-22,4	92,3	-2,4	14,8	+7,3	26,4	-5,7	41,2	-1,4
671	224,3	+68,0	135,7	+54,6	17,4	-	22,9	+408,9	176,0	+90,7	15,1	+2,0	33,1	+25,4	48,2	+17,0
672	208,8	-6,9	140,6	+3,6	12,0	-31,0	9,8	-57,2	162,4	-7,7	19,9	+31,8	26,5	-19,9	46,4	-3,7

Fonte: Tabela 2.1

Nota: (*) - Vid: nota de rodapé da Tabela 1.1.

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA

NA RECEITA TOTAL SEGUNDO A ORIGEM

(Cr\$ milhões corrigidos)

Receita Total = 1.110,0 %

A N O	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS		FUNDO ESPECIAL		TOTAL DOS FUNDOS		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1968	5,2	8,2	-	-	5,2	8,2	14,3	22,6	19,5	30,8
1969	5,0	6,0	8,0	9,5	13,0	15,5	12,7	15,1	25,7	30,6
1970	10,7	10,9	10,6	10,8	21,3	21,7	9,2	9,4	30,5	31,0
1971	18,0	9,0	9,0	4,5	27,0	13,5	16,1	8,0	43,1	21,5
1972	25,0	12,0	18,4	8,8	43,4	20,8	3,0	1,4	46,4	22,2
MÉDIA (*) 68/72	-	9,2	-	6,7	-	15,9	-	11,3	-	27,2

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (*) - Média simples

RECEITA "PER CAPITA" (*) A PREÇOS DE 1972

A N O	RECEITA TOTAL "PER - CAPITA"		RECEITA PRÓPRIA "PER - CAPITA"		TRANSFERÊNCIAS "PER CAPITA"	
	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %
1968	80,89	-	56,03	-	24,86	-
1969	86,68	+ 7,2	60,12	+ 7,3	26,56	+ 8,8
1970	83,12	- 4,1	57,46	- 4,4	25,66	- 3,4
1971	136,38	+ 64,1	107,07	+ 86,3	29,31	+ 14,2
1972	124,04	- 9,1	96,48	- 10,0	27,56	- 6,0

FONTE: Tabela 2.2

(*) - População - Veja termos de referência do trabalho

DEMONSTRATIVO SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Cr\$ milhões: correntes

ANO	DESEMPENHO										TOTAL	
	CORRENTES			OUTRAS			SUB-TOTAL		CAPITAL		TOTAL	
	PESSOAL		%	OUTRAS		%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
	VALOR	%		VALOR	%							
1968	22,7	42,1	17,7	32,9	40,4	75,0	13,5	25,0	53,9	100,0		
1969	30,9	35,5	28,3	32,5	59,2	68,0	27,9	32,0	87,1	100,0		
1970	46,2	38,8	36,5	30,6	82,7	69,4	36,4	30,6	119,1	100,0		
1971	65,1	32,5	81,5	40,6	146,6	73,1	53,9	26,9	200,5	100,0		
1972	75,4	36,1	92,4	44,3	167,8	80,4	41,0	19,6	208,8	100,0		
MEDIA * 68/72	-	37,0	-	36,2	-	73,2	-	26,8	-	100,0		

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Demais: Tabela 1.1

DEMONSTRATIVOS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Cr\$ milhões de 1972 (*)

A N O	D E S P E S A S		C A P I T A L	T O T A L
	C O R R E N T E S	E S T A B L E C I M E N T O S		
	P E S S O A L	O U T R A S		
1968	44,5	34,7	26,5	105,7
1969	50,2	46,1	45,4	141,7
1970	62,7	49,5	49,4	161,6
1971	72,8	91,2	60,3	224,3
1972	75,4	92,4	41,0	208,8

Fonte: Tabela 3.1

Observação: Para a transformação em valores a preços correntes, foram utilizados os índices referidos no rodapé da Tabela 1.2.

DESPESA SEGUNDO AS FUNÇÕES

Cr\$ milhões correntes

A L
3.3

A N O	FUNÇÃO																		TOTAL	
	GOV. ADM. GERAL E FIN.		RECURSOS NAT. e AGROPECUÁRIOS		VIAÇÃO, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES		INDÚSTRIA E COMÉRCIO		EDUCAÇÃO E CULTURA		DEFESA E SEGURANÇA		SAÚDE E SERVIÇOS URBANOS		BEM ESTAR SOCIAL		VALOR	%		
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%				
68	14,6	27,1	5,1	9,5	1,9	3,5	1,2	2,2	6,6	14,1	7,3	13,6	4,7	8,7	11,5	21,3	53,9	100,		
69	16,5	18,9	7,4	8,5	6,0	6,9	2,1	2,4	1,9	21,7	9,2	10,6	12,0	13,8	15,0	17,2	87,1	100,		
70	22,8	18,1	6,5	5,5	12,6	10,6	2,8	2,3	1,2	27,9	9,7	8,1	12,5	10,5	19,0	16,0	119,1	100,		
71	90,2	45,0	5,4	2,7	13,8	6,9	4,8	2,4	1,4	21,1	13,1	6,5	15,4	7,7	15,4	7,7	200,5	100,		
72	71,2	34,1	10,2	4,9	10,9	5,2	15,1	7,2	1,3	21,2	20,3	9,7	12,5	6,0	24,3	11,7	208,8	100,		
MÉDIA (*)	-	28,9	-	6,2	-	6,6	-	3,3	-	21,2	-	9,7	-	9,3	-	14,8	-	100,		

NOTA: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (*) - Média simples

COMPORTEAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL

E CAPITAL EM TÍTULOS "PER CAPITA"

AL
3.4

A N O	P E S S O A		C A P I T A L		Δ %
	VALOR	ÍNDICE	VALOR	ÍNDICE	
1968	28,96	100	17,24	100	-
1969	31,90	110	28,85	167	+ 67,3
1970	39,04	135	30,76	178	+ 6,6
1971	44,26	153	36,66	213	+ 19,2
1972	44,79	155	24,36	141	- 33,5

FONTE: Tabela 3.2

População: Veja termos de referência do trabalho

EVOLUÇÃO DO DÉFICIT OU SUPERAVIT

- Cr\$ milhões correntes -

A N O	SALDO CONTA CORRENTE (A)	SALDO CONTA CAPITAL (B)	DÉFICIT OU SUPERAVIT ORÇAMENTARIO (C = A + B)	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (D)	DÉFICIT (-) OU SUPERAVIT (+) ORÇAMENTÁRIO E- FETIVO (E = C - D)
1 9 6 8	+ 10,1	- 0,6	+ 9,5	3,0	+ 6,5
1 9 6 9	+ 7,1	- 10,3	- 3,2	0,2	- 3,4
1 9 7 0	- 4,0	- 16,7	- 20,7	-	- 20,7
1 9 7 1	- 0,4	+ 0,4	0,0	15,6	- 15,6
1 9 7 2	+ 2,3	- 2,3	0,0	12,0	- 12,0

FONTE: Tabelas 1.1
2.7

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SALDO EM CONTA CORRENTE

E DO DEFICIT OU SUPERAVIT

A N O	SALDO EM CONTA CORRENTE		DEFICIT (-) OU SUPERAVIT (+) ORÇAMENTÁRIO EFETIVO	
	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)
1 9 6 8	+ 15,9	+ 74,8	+ 10,3	+ 48,1
1 9 6 9	+ 8,5	+ 25,4	- 4,1	- 12,2
1 9 7 0	- 4,1	- 11,0	- 21,0	- 56,9
1 9 7 1	- 0,2	- 0,7	- 7,8	- 28,9
1 9 7 2	+ 1,1	+ 5,6	+ 5,7	- 29,3
MÉDIA(*)68/72	+ 4,2	+ 18,8	- 5,7	- 15,8

FONTE: Tabelas 1.1
4.1

NOTA: (*) - Média simples

FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

(Em percentagens)

Fontes ANOS	(SCC / DK)	(RK - OC) / DK	* (SO/DK) (-1)	(OC / DK)	TOTAL
1968	+ 74,9	73,3	- 70,4	22,2	100,0
1969	+ 25,4	62,4	+ 11,5	0,7	100,0
1970	- 11,0	54,1	+ 56,9	-	100,0
1971	- 0,7	71,8	-	28,9	100,0
1972	+ 5,6	65,1	-	29,3	100,0
MÉDIA 68/72(*)	18,8	65,4	- 0,4	16,2	100,0

(*) - Média Simples

Símbolos: DK - Despesas de Capital
 SCC - Saldo em Conta Corrente (Poupança do Governo)
 RK - Receitas de Capital
 SO - Saldo Orçamentário
 OC - Operações de Crédito

(+) Despesas de Capital Realizadas sem cobertura financeira.
 (-) Capacidade de Investimentos não utilizada.

* (SO/DK) (-1)

FONTES: Tabelas 1.1
 4.1

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA

A N O	D Í V I D A I N F E R N A						DÍVIDA FUNDADA EXTERNA		TOTAL DAS DÍVIDAS	
	FUNDADA		FLUTUANTE		TOTAL		Cr\$ milhões	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões
	Cr\$ milhões	%	Cr\$ milhões	%	Cr\$ milhões	%				
							Cr\$ milhões	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões
1 9 6 8	6,6	55,0	5,4	45,0	12,0	100,0	-	-	12,0	100,0
1 9 6 9	6,3	57,3	4,7	42,7	11,0	100,0	-	-	11,0	100,0
1 9 7 0	5,5	21,7	19,8	78,3	25,3	100,0	-	-	25,3	100,0

FORTE: Veja termos de referência do trabalho

POSIÇÃO DA DÍVIDA TOTAL

A N O	EM RELAÇÃO A RECEITA TOTAL (%)	EM RELAÇÃO A RECEITA PRÓPRIA (%)	EM RELAÇÃO AOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO (%)
1 9 6 8	18,9	27,3	53,1
1 9 6 9	13,1	19,0	45,6
1 9 7 0	25,7	37,2	172,1

FONTES: Receita Total e Receita Própria: Tabela 2.1

Dívida: Tabela 5.1

Recursos Disponíveis para o Investimento: Tabela 5.4

AMORTIZAÇÕES E SUA POSIÇÃO RELATIVA NO ORÇAMENTO

Cr\$ milhões correntes

A N O	AMORTIZAÇÕES TOTAIS	A M O R T I Z A Ç Õ E S T O T A I S E M R E L A Ç Ã O A: (%)		
		Receita Total	Receitas Próprias	Operações de Crédito Despesas de Capital
1968	0,4	0,6	0,9	13,3 3,0
1969	0,6	0,7	1,0	- 2,2
1970	1,0	1,0	1,5	- 2,8
1971	0,8	0,4	0,5	5,1 1,5
1972	2,5	1,2	1,5	20,8 6,1
MÉDIA(*) 68 / 72	—	0,8	1,1	7,8 3,1

FONTES: Amortização: Veja termos de referência do trabalho

Receitas Total e Próprias, e Operações de Crédito: Tabela 2.1

Despesas de Capital: Tabela 3.1

NOTA: (*) - Média Simples

RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO

Cr\$ milhões correntes

	SALDO EM CONTA CORRENTE + RECEITA DE CAPITAL	AMORTIZAÇÃO	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO EM RELAÇÃO A RECEITA
	(A)	(I)	(C = A - B)	(%)
1968	23,0	0,4	22,6	35,6
1969	24,7	0,6	24,1	28,7
1970	15,7	1,0	14,7	14,9
1971	53,9	0,8	53,1	26,5
1972	41,0	2,5	38,5	18,4

FONTES: Receita de Capital: Tabela 1.1

Saldo em Conta Corrente: Tabela 4.5

Amortização: Tabela 5.3

SERVIÇO DA DÍVIDA

- Cr\$ milhões correntes -

A N O	SERVIÇO DA DÍVIDA			SERVIÇO DA DÍVIDA EM RELAÇÃO A:		
	AMORTIZAÇÕES	JUROS	TOTAL	RECEITA TOTAL (§)	RECEITA PRÓPRIA (§)	RECURSOS DISPONÍVEIS P/ INVESTIMENTO (§)
1 9 6 8	0,4	0,3	0,7	1,1	1,6	3,1
1 9 6 9	0,6	0,6	1,2	1,4	2,1	5,0
1 9 7 0	1,0	0,9	1,9	1,9	2,8	12,9
1 9 7 1	0,8	2,5	3,3	1,6	2,1	6,2
1 9 7 2	2,5	1,5	4,0	1,9	2,5	10,4

FONTES: Receitas: Tabela 2.1

Recursos Disponíveis: Tabela 5.4

Juros: Veja termos de referência do trabalho:

